

Leandro Steiger

**NARRATIVAS SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO
DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA
MENTAL NO MERCADO DE TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Educação, tendo como orientadora a Profa. Dra. Tatiana Bolivar Lebedeff.

Passo Fundo

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

S818n Steiger, Leandro

Narrativas sobre o processo de inclusão de pessoas portadoras
de deficiência mental no mercado de trabalho / Leandro
Steiger. – 2006.
100 f. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2006.

Orientação: Dra. Tatiana Bolivar Lebedeff.

1. Educação especial. 2. Deficientes mentais. 3. Direitos humanos.
4. Direito do trabalho. 4. Inclusão social. I. Lebedeff, Tatiana Bolivar,
orient. II. Título.

CDU 376

Catálogo: bibliotecária Daiane Citadin Raupp - CRB 10/1637

Dedico este trabalho àqueles que incansavelmente lutam todos os dias para conseguir expressar suas vontades, usufruir os direitos como cidadãos, sujeitos com desejos, com sentimentos, que na maioria das vezes não conseguimos ouvir ou entender por causa de nossas pré-concepções.

Agradeço, primeiramente, aos estudantes e familiares da escola de educação especial que me permitiram acompanhá-los ao longo dos meses para a elaboração deste trabalho.

À escola de educação especial e aos colegas de trabalho dos serviços de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, aos professores das oficinas e à direção, pelo apoio e incentivo.

Aos profissionais das empresas que contribuíram com as informações.

Aos colegas do curso de Serviço Social da UPF, pelo incentivo à qualificação profissional.

À Maria Emilse, pela revisão textual e contribuições.

A “minha” orientadora e amiga, Tatiana Bolívar Lebedeff, por ter me acompanhado e incentivado a construção de um trabalho que contribuísse com a educação especial.

Aos amigos, que de uma ou outra forma me ouviram, apoiaram e compreenderam minhas escolhas.

Aos meus pais, que não medem esforços para que eu possa atingir meus objetivos.

“Você pode me dá uma mão? Eu quero trabalhá”!
(Estudante da escola de educação especial)

RESUMO

Neste trabalho é problematizada a questão social do ingresso das pessoas portadoras de deficiência (PPD) no mercado formal de trabalho na ótica dos empregadores. Essa discussão tem seu ponto de partida no trabalho desenvolvido pelo assistente social em conjunto com outros profissionais numa escola de educação especial. Em virtude da motivação encontrada no desafio de garantir o direito de acesso a esta categoria social ao trabalho, foi construída uma proposta de investigação da realidade social quanto a essa problemática. Como suporte teórico–metodológico foi utilizada a perspectiva histórica para compreender, analisar e tecer considerações acerca da relação entre os direitos sociais traduzidos em políticas sociais e o desenvolvimento da sociedade capitalista a partir da Revolução Industrial, com o intuito de obter subsídios para refletir também sobre as questões da educação e a educação especial. Para fazer a relação desses temas com a sua aplicabilidade neste momento histórico foi desenvolvida uma pesquisa de campo com profissionais responsáveis pelo recrutamento e seleção em duas empresas que atualmente empregam trabalhadores com deficiência, o que possibilitou compreender e analisar o entendimento dos empregadores sobre a questão de inclusão dos PPDs no mercado de trabalho, relacionando o estudo com outros trabalhos que analisaram a problemática. O estudo conclui que a inclusão das pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho ocorre ainda na maioria dos casos tão-só em razão da existência da lei. Embora os empregadores não concordem com a política de cotas, entendem que a lei é justa, pois, diante das exigências do mercado e da pouca qualificação desta categoria de trabalhadores, são reduzidas as suas possibilidades de acesso ao mercado formal de trabalho.

Palavras chave: Pessoas portadoras de deficiência, direitos sociais, educação especial e trabalho.

ABSTRACT

In this work, the social question of admission of People with Special Needs (PSN) to formal work market in the view of employees is problematized. This discussion has its starting-point on the work developed by the social worker along with other professionals in a special education school. In view of the motivation found in the challenge to guarantee the right to admission to this social category to work, an investigation proposal to this social reality was built about this set of problems. As a theoretical-methodological support, the historical perspective was used to comprehend, analyze and make considerations about the relation between social rights translated into social politics and the development of the capitalist society as of the Industrial Revolution, with the intent to obtain subsidies to reflect as well about the questions of education and special education. To make the relation of these themes with its applicability in this historical moment, a field research was developed among professionals answering for recruitment and selection in two companies that nowadays employ workers with disabilities, which made possible to comprehend and analyze the employers understanding on the inclusion of PSNs in the work market, linking this study to other works that have analyzed the same set of problems. The study concludes that the inclusion of People with Special Needs still occurs in most of the cases merely because of the existence of the law. Although employers do not agree with the fee politics, they understand the law is fair, since, in the face of market demand and low qualifications of these workers' category, their possibilities to access to formal work market are reduced.

KEY WORDS: People with Special Needs, social rights, special education and work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL	18
2 DIREITO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	27
2.1 Proteção social / inserção/inclusão através do direito ao trabalho	37
2.2 Políticas sociais e a educação	42
2.3 Políticas sociais, educação especial e mercado de trabalho: A tentativa de inclusão numa lógica excludente	48
3 PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO.....	60
3.1 As pessoas portadoras de deficiência na empresa e a forma de contratação	61
3.2 Os processos de trabalho das pessoas portadoras de deficiência nas empresas	62
3.2.1 Alterações no ambiente de trabalho	64
3.3 Sobre as relações de trabalho das pessoas portadoras de deficiência	65
3.3.1 Sobre as dificuldades e possibilidades no processo produtivo	67
3.3.2 O posicionamento dos empregadores sobre a lei de cotas e as formas em cumpri-la	71
3.3.3 O papel das instituições e dos profissionais para garantia de direitos das pessoas portadoras de eficiência.....	73
3.3.4 As características profissionais segundo a visão dos empregadores	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
ANEXOS	89

INTRODUÇÃO

A discussão acerca do mundo do trabalho tem sido tema de diversos pesquisadores, como Antunes (1997), Hobsbawm (2003), Harvey (1989), Iamamoto (1999), porém, por mais que já tenha sido problematizado e analisado, continua sendo atual. Talvez isso ocorra por fazer parte das relações concretas do ser humano e ser primordial na construção da vida em sociedade. Por isso, trazemos neste trabalho considerações acerca da relação entre as transformações no mundo do trabalho articuladas com o processo de construção de direitos sociais aos trabalhadores.

Entretanto, cada pesquisador elege uma das expressões da questão social para compreender, analisar, e visualizar alternativas que possibilitem a transformação social. Neste trabalho, a expressão social a ser problematizada é o processo de inclusão das pessoas portadoras de deficiência¹ (PPD) no mercado formal de trabalho, tendo como ponto de partida os direitos sociais, passando pelas políticas sociais, na área da educação, educação especial. Para dialogar com essas temáticas foram utilizadas a compreensão de Couto (2004), cuja obra é utilizada para discutir o direito social e as políticas sociais de inclusão por se tratar de um texto atual, com análise crítica sobre a trajetória histórica dos direitos sociais no Brasil. Ainda no campo das políticas sociais, Faleiros (1987) e Pereira (1998) são fontes importantes. Outros autores, como Kuenzer (2005, 2002, 1985), Frigoto (2005), Gentili (2005), proporcionam importantes apontamentos sobre a educação e o

¹ A terminologia “pessoas portadoras de deficiência” (PPD) será utilizada no decorrer deste trabalho considerando a definição a partir do que rege a Constituição Federativa do Brasil de 1988. A resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica apresenta a terminologia num aspecto amplo como “pessoas com necessidades educacionais especiais”, entretanto, “por ocasião da II Conferência Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul, realizada entre os dias 16 e 18 de outubro de 1995 em Porto Alegre, RS, houve calorosa discussão em relação ao termo a ser utilizado nas diretrizes da Assistência Social do estado. O representante de uma das Associações de Cegos reivindicou o termo PPD, uma vez que, segundo ele, necessidades educacionais especiais todas as crianças e adolescentes necessitariam, assim, do termo as especificidades dos cegos, surdos, paraplégicos” . (KLEIN, p. 43).

trabalho; já Abranches (2000), Lancilotti (2003), Sasaki (2003), Goyos (2006), Mazini e Tanaka (2005) e Pastore (2000), são ícones para a qualificação nas discussões sobre a educação especial e trabalho das pessoas com deficiência.

Ao longo dos últimos anos, o trabalho para as pessoas com deficiência tem sido problematizado, buscando-se explicitar possibilidades e limites, tanto por parte das instituições empregadoras como das escolas, familiares e do próprio sujeito.

O trabalho é uma necessidade, uma maneira de o ser humano se reconhecer como tal; é pelo trabalho que se dá o reconhecimento do homem como sujeito. Falar do significado do trabalho antes de falar em educação profissional e da inclusão da pessoa com necessidades especiais no mundo do trabalho é extremamente necessário. Torna-se imprescindível não só pela importância do trabalho para o homem ou pelo seu aspecto dual, mas principalmente pela prática quem vem se repetindo durante anos na educação profissional da pessoa com deficiência. (ABRANCHES, 2000, p. 11).

Outro aspecto consiste no reconhecimento da questão social², que ocorre num determinado momento histórico, numa dada realidade, como também procuramos encontrar possibilidades de responder à questão social. Com base nesse argumento o projeto de pesquisa foi construído de acordo com uma das demandas os profissionais de uma escola de educação especial, que é a de mediar o acesso aos direitos do sujeitos que a freqüentam, entre os quais o ingresso no mercado de trabalho formal. Como atender a essa demanda a partir da articulação entre educação e trabalho? Em busca de possibilidades, uma das formas possíveis pode ser a de qualificar o trabalho nas instituições escolares, repensando e qualificando o trabalho dos profissionais da educação especial (professores, psicólogos e assistentes sociais, entre outros), a fim de fornecer mais subsídios para melhor atender as crianças e adolescentes com deficiência. Desse modo, eles poderão usufruir os seus direitos, entre os quais a reserva de vaga no mercado de trabalho, tentando, assim, ter a possibilidade de reconstruir suas relações sociais embasadas na lógica de direito ao invés da caridade e sendo também reconhecidos como cidadãos pela sociedade.

Com este trabalho buscamos compreender e analisar o processo de ingresso do trabalhador com deficiência no mercado formal de trabalho no atual contexto histórico,

² Questão social é 'apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade'. (IAMAMOTO, 1999, p. 27, grifo do autor).

investigando como se concretiza no cotidiano a legislação que estabelece a inserção do trabalhador com deficiência nas empresas, isso com base na percepção dos empregadores sobre a questão da inclusão de trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho. Ainda, pretendemos identificar em que a participação das escolas especiais podem contribuir com o processo de empregabilidade desses trabalhadores, a fim de fornecer subsídios para os profissionais das instituições mediadoras repensarem e qualificarem o processo de formação destes sujeitos.

O desenvolvimento deste trabalho contou com recursos e técnicas que auxiliaram na problematização e compreensão do processo de ingresso de trabalhadores portadores de deficiência no mercado de trabalho formal. O processo de investigação de investigação consistiu numa pesquisa entendida aqui como

[...] atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática* (MINAYO, 2003, p.17, grifo do autor).

Dessa forma, a pesquisa contribuiu diretamente para o nosso trabalho como pesquisador, amenizando inquietações, na medida em que nos propusemos problematizar questões de uma dada realidade num determinado contexto histórico, a fim de encontrar em suas contradições um espaço de ação e de vislumbrar alternativas para a transformação da realidade social. Como ponto de partida para este trabalho a problematização foi a inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado formal de trabalho.

Este estudo também busca proporcionar subsídios para uma melhor compreensão da questão para, após, disponibilizar ao leitor a discussão dos dados obtidos nos diversos contatos com os entrevistados, principalmente com base nas respostas dadas ao questionário. O trabalho de pesquisa teve como local um dos municípios da região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, de abrangência da 3ª Delegacia Regional de Apaes do Rio Grande do Sul. Nesta região existem empresas com mais de cem trabalhadores e há também diversas escolas de educação especial, mantidas pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, as quais desenvolvem projetos de inclusão de crianças e adolescentes em escolas da rede comum de ensino e no mercado de

trabalho. Assim, foram acompanhadas duas experiências atuais de inclusão de PPDs no mercado de trabalho.

A referência para este trabalho foi uma escola de educação especial, em virtude de serem essas grandes articuladoras e mediadoras entre usuários e seus direitos, sendo também consideradas uma importante referência às instituições empregadoras para a contratação de PPDs, pois são elas que atendem as crianças, adolescentes, adultos e idosos. Por sua vez, as empresas participantes da pesquisa foram determinadas a partir da sua opção por trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho que ainda mantêm vínculos com a escola de educação especial. São, então, duas as empresas, que empregam três adolescentes.

Realizamos diversos contatos e em vários momentos com muitos sujeitos nas empresas e com os responsáveis pela contratação (gerente, administradores, colegas, chefias, familiares, professores), a fim obter diversas informações para uma leitura de realidade mais qualificada.

Um dos principais instrumentos utilizados para isso foi a aplicação de um questionário com questões que buscavam explicitar a dinâmica de inserção do deficiente nas empresas segundo a percepção dos empregadores. Este instrumento revelou o que pensam esses empregadores sobre o ingresso dos PPDs no mercado de trabalho. As questões versaram sobre o número de empregados, e, destes, o número de deficientes, onde trabalham e suas atribuições (setor / o que fazem). As questões ainda permearam o entendimento da categoria deficiência e o conhecimento das políticas e leis que regulamentam a contratação. Sobre o processo de ingresso do PPD, questionamos sobre as exigências quanto ao perfil profissional, ao modo como se desenvolvem as relações interpessoais, produtividade, treinamento, movimento institucional para receber o empregado com deficiência e os tipos de atividades em que atua. Nos diversos momentos em que mantivemos contato com os trabalhadores da empresa, foram registradas suas falas, o que nos permitiu trazer a opinião de diversas pessoas e, também, apontar para a forma de pensar da empresa.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa que trabalha com levantamento de dados, mas sem o objetivo de fazer generalizações acerca das contratações, e sim, tão-só problematizar de forma qualitativa a contratação das pessoas com deficiência. A entrevista foi uma técnica que contribuiu também para dar maior liberdade ao entrevistado poder expor questões que muitas vezes não eram feitas. Segundo Triviños, ainda, “em geral, o processo de entrevista semi-estruturada dá melhores resultados se trabalhada com diferentes grupos

de pessoas (professores, alunos, orientadores profissionais)” (1997, p. 146). Minayo acrescenta que “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (2003, p. 22).

As empresas foram enumeradas e para os entrevistados adotou-se uma classificação numérica, como segue no quadro abaixo. Esta forma de caracterização das empresas e dos entrevistados foi utilizada por Manzini e Tanaka (2005).

Empresa	Ramo	Tempo de funcionamento	Nº de funcionários	Funcionários com deficiência
E1				

Entrevistado/Funcionário/ Proprietário	Cargo que ocupa	Tempo de empresa na função
F1		

Salientamos que, na discussão dos resultados, em suas falas os estudantes são identificados pelas iniciais em letra maiúscula, da mesma forma que as falas de colegas de trabalho dos PPDs. Como exemplo tem-se: R, F.

A metodologia adotada foi a de análise de conteúdo, o que auxiliou na compreensão e análise da realidade sobre o ingresso dos PPDs no mercado formal de trabalho. A escolha das instituições foi definida com base nas que mantêm esta categoria de trabalhadores no seu quadro de funcionários, basicamente aquelas enquadradas na lei nº 8.213 de 1991³ da Previdência Social, que trata e regulamenta de forma mais específica todo o processo de inclusão dos portadores de deficiência no mercado de trabalho, definindo, ainda o entendimento sobre a habilitação e reabilitação profissional, bem como a compreensão da categoria deficiente. Nesse sentido, o objetivo é identificar a compreensão dos empregadores sobre essa problemática.

As leis e decretos que visam proporcionar o acesso dos PPDs ao emprego estão inseridas numa realidade mercadológica que, atualmente, exige das instituições

³ Esta lei, como as outras subsequentes possui decretos que a atualizam, como o decreto nº 3.298/99, de 20 de dezembro de 1999, e o nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

empregadoras determinadas condições para se manterem no mercado e serem lucrativas. Segundo Kuenzer, entre outras exigências, há a de que o trabalhador

[...] atenda às demandas de um processo produtivo cada vez mais esvaziado, no qual a lógica da polarização das competências se coloca de forma muito mais dramática do que a ocorrida sob o taylorismo/fordismo. É preciso que o trabalhador se submeta ao capital, compreendendo sua própria alienação como resultante de sua prática social “inadequada”, para o que contribuem os processos de persuasão e coerção constitutivos da hegemonia capitalista (2002, p. 80, grifo do autor).

Tal afirmação vem reforçar a justificativa de investigarmos o mundo concreto, já que é nesta realidade contraditória que o trabalho na área da educação é desafiado a contribuir para que o ingresso das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho ocorra de modo a possibilitar algo mais do que o simples ingresso na lógica de consumo, ou que este trabalho seja percebido como paternalista, assistencialista, filantrópico, ou de responsabilidade social. Ainda de acordo com a autora:

É necessária, mas não suficiente, a ampliação do trabalho dos profissionais da educação. Ele deve ser fundamentado nas categorias de uma pedagogia emancipatória que tenha como finalidade superar a contradição entre capital e trabalho. Caso contrário, pode simplesmente vir a corresponder à substituição do trabalhador especializado do taylorismo/fordismo pelo trabalhador multitarefa, o qual nem sempre é criativo e autônomo, mas simples tarefeiro em ações esvaziadas de conhecimento técnico e de compromisso político com a transformação (KUENZER, 2002, p. 81).

Assim acreditamos ser importante ampliar os conhecimentos, para construir alternativas que qualifiquem a proposta de inclusão, articulando os principais atores dessa questão, ou seja, comunidade, empresas, famílias, escolas.

A literatura científica brasileira que visa conhecer o trabalho da pessoa com deficiência sob a ótica dos empregadores ainda é bastante escassa. [...] Portanto, conhecer a visão que o empresário tem sobre o trabalho da pessoa com deficiência também deve fazer parte do processo compreensão das dificuldades

que essa população enfrenta para ocupar um espaço no mercado de trabalho, já que, por força da lei, ele acaba sendo obrigado a reservar-lhe um percentual de vagas (MANZINI; TANAKA, 2005, p. 276).

Entendemos que há necessidade de realização de pesquisas que possibilitem futuras intervenções na realidade social, na medida em que são instrumentos que podem contribuir para a leitura da realidade social. Acreditamos, portanto, no pressuposto de que o acesso ao conhecimento teórico continua sendo um importante aliado no encontro de alternativas para as demandas sociais, principalmente para perceber quais são as questões a serem trabalhadas para possibilitar o desenvolvimento social e econômico da população.

É necessário o reconhecimento de que as questões referentes à inserção social, fragmentada em expressões sociais e traduzida, neste trabalho, como a dificuldade do trabalhador com deficiência em acessar o seu direito ao trabalho, salientaram-se no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Contudo, em outros momentos, em âmbito mundial, já ocorriam movimentos e problematizações por organizações internacionais para a criação de dispositivos de proteção a esta categoria de trabalhadores, os quais tiveram a mesma compreensão de que o conflito decorrente da relação capital X trabalho tem sido um importante gerador de marginalização. A respeito, Melo destaca:

Após a Revolução Industrial, as duas grandes guerras que assolaram o mundo resultaram em uma maré-montante de ‘novos portadores de deficiência’. As seqüelas da Primeira Guerra Mundial marcaram indelevelmente a Humanidade, o que culminou refletindo na Organização Mundial do Trabalho – OIT que, em 1925, adotou a Recomendação n. 22 que representa o primeiro reconhecimento por parte da comunidade internacional, das necessidades, acerca do trabalho, das pessoas portadoras de deficiência [...] Foi através da Recomendação n. 99 em 22.06.1955, que a OIT evidenciou a necessidade de que fossem adotadas, internacionalmente, práticas de integração das pessoas portadoras de deficiência ao mercado de trabalho. (2004, p.37-38).

Com base na reflexão histórica sobre as transformações sociais a partir da Revolução Industrial é possível compreender que o trabalhador, para sobreviver no mercado, precisa de amparo, por vezes traduzido em leis, decretos e políticas sociais viabilizadas pelo Estado como alternativas às contradições e conflitos sociais, de acordo com cada momento histórico, como os citados anteriormente. Contudo, tais subsídios tendem a apresentar propostas vinculadas à lógica de que, ao ingressar no mundo do trabalho, as pessoas estão ingressando principalmente no mercado capitalista.

Outro aspecto a ser considerado é compreender que, com o advento da Revolução Industrial, do desenvolvimento tecnológico e da aplicação de ferramentas de gestão, tem sido exigida uma adaptação rápida do trabalhador⁴, não só como mão-de-obra, mas como sujeito social, usuário das invenções, das tecnologias, as quais também podem promover a fragilização do desenvolvimento do próprio ser humano, como sujeito com sentimentos ao realizar um trabalho sem sentido. Abranches assinala sobre esse aspecto:

Este é portanto o aspecto dual do trabalho, que pode propiciar ao sujeito duas saídas: a realização ou a alienação. O trabalho sem sentido, alienado, não permite a realização e não possibilita a criação, produz apenas um fazer repetitivo, sem desejo e criação. O trabalho com sentido é aquele em que o objeto e o fazer passam a ter um significado para o sujeito. Acontece uma significação do fazer, uma transformação do objeto em outro objeto, um objeto que passa a ter a cara do sujeito que o produziu. É nesta significação e simbolização do trabalho, que permite ao homem ter uma troca com o outro, que permite o acesso ao social; sua socialização. É um processo comum ao homem com necessidade especial ou não (2000, p.13).

Com base nesta definição, segundo Jannuzzi (1992), é possível refletir que, embora tenham ocorrido transformações no mundo do trabalho e, por consequência, na sociedade como um todo, as características e aspectos inerentes aos seres humanos considerados necessários para se relacionar em sociedade e, por sua vez, no mercado de trabalho não se alteraram. Muito embora os empregadores, por meio das ferramentas de gestão empresarial na busca da qualidade da produção, construam perfis para cada momento histórico ou, ainda, um perfil para cada função dentro de uma instituição, podem existir características do trabalhador que não se alteram. Logo, possibilitar ao trabalhador com necessidades educacionais especiais o ingresso na lógica do trabalho exige dos profissionais das instituições mediadoras (escolas especiais ou da rede comum de ensino) decifrar quais são essas características, proporcionando, então, a inclusão social por meio do emprego, respeitando as possibilidades e limites independentemente das condições físicas ou psíquicas do trabalhador. Sobre o tema, Jannuzzi enfatiza:

Mesmo hoje em dia, se considerarmos em nosso país localidades de agricultura rudimentar, a força física é requerida com mais ênfase do que nas zonas urbanas. Assim, lá, o ler, escrever, contar podem não ser tão indispensáveis [...] o analfabeto passará despercebido, bem como o intitulado “deficiente mental”.

⁴ “Com a passagem do padrão de acumulação fordista para o padrão de acumulação flexível, as mudanças sociais são rápidas e os processos de trabalho, flexíveis. Essa situação, decorrente da globalização da economia, impõe novos padrões de produção, de consumo e, conseqüentemente, afeta a cultura da sociedade na sua totalidade”. (HERÉDIA; PERUZZO, 1999, p. 198).

Este está “integrado”, isto é, “completo”, desempenhando funções simples, adequadas a aquele meio. Circulará entre os Homens, não será separado, exercerá uma função necessária, será respeitado e ninguém o ridicularizará pois é parte da comunidade, trabalhando nela, mesmo que faça suas atividades mais lentas e não aprenda todas as tarefas (1992, p. 52, grifo do autor).

Portanto, atentamos neste estudo para a maneira de articular o acesso ao trabalho às pessoas com deficiência, mediados pelos direitos sociais, os quais “são fundamentados pela idéia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista” (COUTO, 2004, p. 48), traduzidos em leis e decretos que acabam por informar quem é deficiente e quais são as categorias⁵, regulamentando a inclusão na sociedade deste grupo de pessoas. Para pôr em prática os direitos sociais existem as políticas sociais⁶, que, por sua vez, como a realidade é contraditória, podem estar vinculadas e comprometidas com as necessidades da classe que vive do trabalho, ou com a idéia de exploração do trabalho humano, respondendo às necessidades do capital.

Essas problematizações encontram-se no primeiro e segundo capítulos, que tratam da aproximação teórica, tendo o objetivo de fornecer elementos de compreensão e análise do mundo do trabalho na sociedade industrial. No capítulo dois também são trabalhadas mais detidamente as relações entre os direitos sociais, as políticas sociais e a educação especial, fazendo-se, posteriormente, um recorte para a educação especial e trabalho a partir das leis que garantem o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Após, no capítulo três, são descritos os resultados da pesquisa realizada com os empregadores, tendo que as respostas desse trabalho foram articuladas com outros dois trabalhos, um do Senai

⁵ “A rigor, existem três tipos de deficiência, sendo que um deles divide-se em dois. Existem as deficiências físicas (de origem motora: amputações, malformações ou seqüelas de vários tipos etc.), as deficiências sensoriais, que se dividem em deficiências auditivas (surdez total ou parcial) e visuais (cegueira também total ou parcial), e as deficiências mentais (de vários graus, de origem pré, peri ou pós-natal)” (RIBAS, 1998, p. 26).

⁶ “[...] *as políticas sociais, além de constituírem um instrumento redistributivo, ao mesmo tempo, e principalmente, cumprem outras funções: políticas e econômicas [...] como mecanismos de articulação, tanto de processos políticos, que visam o consenso social, a aceitação e legitimação da ordem, a mobilização/desmobilização da população, a manutenção das relações sociais, a redução de conflitos etc. quanto econômicos, procurando a redução dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, favorecendo a acumulação e a valorização do capital*” (PASTORINI, 1997, p. 86-87, grifo do autor). “As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, na são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologetas de esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação, e de pura escamoteação da realidade da exploração da classe operária” (FALEIROS, 1987, p. 55).

(2001) e outro de Manzini e Tanaka (2005), com o que foi possível obtermos mais elementos sobre a atual realidade do mercado para esta categoria de trabalhadores.

Nas considerações finais apresentamos algumas possibilidades e limites das propostas de trabalho que visam à inclusão dos deficientes no mercado de trabalho, articulando a visão dos empregadores com os desafios das instituições mediadoras e com relação ao trabalho dos profissionais diante dessa questão social. Com isso, é possível perceber onde e como as intervenções dos profissionais podem contribuir no respeito às diferenças vinculando suas práticas a uma proposta transformadora da realidade social, comprometida com os princípios constitucionais resguardados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, observados anteriormente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. O documento indica no artigo XXIII:

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.

Nesse sentido, quando as pessoas construírem suas relações sociais com base nesses princípios estarão contribuindo, possivelmente, para uma sociedade que perceba o ser humano como sujeito social, resguardando suas especificidades de ser humano.

Em tempos de debates sobre inclusão social, inserção, dos deficientes na sociedade, às vezes, mais teóricos que práticos, pensamos que investigar sobre como vem sendo cumprida a lei de cotas para os deficientes no mercado de trabalho pode contribuir para uma avaliação e reflexão sobre a concretização real desse processo. Com isso, todos podemos rever nossas práticas, sobretudo como educadores e assistentes sociais, na efetiva mediação entre as pessoas com deficiência e as empresas/empregadores.

1 UM OLHAR SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Com a intenção de auxiliar na discussão teórica para este trabalho que trata do acesso ao trabalho formal por pessoas com deficiência, acreditamos ser importante compreender a que pode corresponder a palavra “trabalho” numa sociedade capitalista. Para Marx, “o trabalho é o ‘resultado de um dispêndio de força vital humana’. Este dispêndio da força humana é exercida sobre a natureza, fazendo a transformação desta natureza um meio de subsistência para o ser humano, suprimindo suas necessidades básicas de vida”. (1983, p. 32). Essa definição não se alterou na contemporaneidade, pois o trabalho pode ser considerado necessário ao ser humano, independentemente de religião, raça, condição social, física ou psíquica, principalmente numa sociedade capitalista, pois com o trabalho o sujeito pode alcançar sua independência social. A questão a ser observada é a forma como essa relação se dá na atual realidade social.

Marx construiu essa idéia de trabalho fazendo a crítica ao sistema que rege a sociedade, o modo de produção capitalista, onde os objetos transformados pela mão humana possuem um valor de uso⁷, de algo necessário, útil, posto no mercado, atribuindo-se um valor de consumo/troca⁸, o que trará o lucro, o qual é apropriado por aquele que compra a mão-de-obra. Essa produção de mercadorias orientada pelo sistema capitalista tem como uma de suas regras o processo de trabalho como sendo coletivo, social, contudo a apropriação dos resultados dessa relação produtiva é privada.

⁷ “É o valor que as coisas têm para as pessoas que se servem delas; ele reside na utilidade das coisas. [...] Por sua própria natureza, o valor de uso não pode ser medido, não pode ser traduzido em uma determinada quantidade, não pode ser expresso em números. [...] O valor de uso é sempre *subjetivo*: depende do sujeito que está usando ou pretende usar a coisa”. (KONDER, 1998, p.127, grifo do autor).

⁸ “Ele se manifesta objetivamente nas relações sociais, na troca, na compra, na venda dos produtos. Para que um objeto possua um valor de troca é preciso que ele tenha um valor de uso para alguém, que alguém o considere útil e esteja interessado em comprá-lo”. (KONDER, 1998, p.127).

Observamos, então, que a acumulação, o resultado dessa relação mercantil, por ser privada, demarca na sociedade capitalista a existência de segmentos sociais, basicamente daqueles que detêm os meios de produção dos que trocam a força de trabalho⁹ para a obtenção de um valor monetário, na tentativa de suprir suas necessidades de sobrevivência como trabalhadores, seres humanos. Esse sujeito, ser humano, histórico, pode ainda ser considerado com um

ser biológico, com uma subjetividade complexa, e mergulhado em um conjunto de relações sociais que alteram seus desejos, interesses e necessidades. Um Ser com um grau relativo e variável de autonomia para realizar desejos, interesses e necessidades, mediante processos de negociação-e-luta com o passado e o presente. Um Ser imerso na história e na sociedade, mas nem por isso despossuído de uma subjetividade singular e de capacidade para reagir ao seu contexto. (GASTÃO, 2000, p. 67-68).

Assim, acreditando que as relações sociais das quais o sujeito social participa (na comunidade, no trabalho, na família) contribuem na constituição de modos de vida do homem, lembramos que tais relações são influenciadas também por sua herança histórica, a qual não elimina a condição do homem de demonstrar sua capacidade de compreensão, análise e decisão. Isso ocorre principalmente se lhe são proporcionadas as condições de suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, de modo a poder pensar nas possibilidades de reconstruir suas relações de forma qualificada, pois essas relações não se esgotam em si, mas se transformam quando os sujeitos se movimentam no meio social.

Com base nessa forma de pensar, vemos também que o trabalho é tido como um movimento importante ao ser humano. Assim, a exploração das definições e das possibilidades sobre a categoria trabalho nos permitirá ter mais subsídios para analisar e propor alternativas não enquanto apenas força produtiva no mercado de trabalho, mas como algo que possa proporcionar um sentido para o desenvolvimento do homem. Podemos entender ainda que o

⁹ “O que o operário vende não é propriamente o seu ‘trabalho’, mas a sua ‘força de trabalho’, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Tanto é assim que, [...] algumas leis de países do continente fixam um tempo ‘máximo’ durante o qual uma pessoa pode vender a sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura”. (ANTUNES, 2004, p.86).

trabalho é, portanto, o elemento mediador introduzido entre esfera da necessidade e a da realização desta, [...] O trabalho tem, portanto, quer em sua gênese, quer em seu desenvolvimento, em seu ir-sendo e em seu vir-a-ser, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem, em seu sentido mais amplo. (ANTUNES, 2000, p.139, 142).

Quando o ser humano exercer a condição de sujeito social, percebendo que o trabalho lhe proporciona mais do que realização de necessidades básicas, materiais, estará tomando consciência, compreendendo sua racionalidade, o que lhe permitirá perceber suas possibilidades como sujeito social e participante da vida em sociedade de forma ativa e livre, conscientizando-se, assim, das ações e escolhas no seu processo de vida em sociedade.

De forma contrária a esse pensamento, entretanto, na sociedade capitalista o processo de transformar a natureza tem por finalidade a produção de mercadorias por meio de relações sociais de trabalho, de modo que não permita ao ser humano perceber as contradições de tal finalidade. Observamos, então, que a acumulação, o resultado dessa relação mercantil, por ser privada, demarca na sociedade capitalista a coexistência entre os que detêm o capital, os meios de produção, e aqueles que precisam trocar a força de trabalho para a obtenção de um valor monetário para suprir suas necessidades de sobrevivência e realização humana, como sendo um dos únicos meios de o ser humano ser reconhecido como tal, obtendo a identidade profissional (Onde trabalha? O que faz?). É essa, sem dúvida, uma das maneiras de identificar o lugar do sujeito na sociedade capitalista.

De acordo com Hobsbawm, a forma de organização produtiva da sociedade capitalista passou por várias transformações ao longo dos séculos, cuja compreensão auxiliará na discussão sobre o mundo do trabalho. Para tanto, um ponto de partida pode ser a Revolução Industrial, que podemos apontar como um dos marcos históricos nas relações sociais e econômicas da vida em sociedade.

A primeira Revolução Industrial¹⁰, ocorrida na Europa, mais precisamente na Inglaterra, justifica a importância para o sistema da transformação, da reformulação de

¹⁰ A Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social – e através dela. Não foi em Birmingham, uma cidade que em 1850 produzia muito mais do que em 1750, mas basicamente à maneira antiga, que levou os observadores da época a falarem numa revolução industrial, e sim Manchester, uma cidade que produzia mais de uma maneira obviamente revolucionária. No final do séc. XVIII essa transformação econômica e

suas estratégias de sobrevivência. Essa nova síntese teve a função de perpetuar a existência do sistema, o que foi possível por meio de alterações das relações nas esferas produtivas, com o rompimento dos modos de produção tradicionais, de relações mercantis assentadas em processos manufatureiros, artesanais, para uma produção de bens de forma revolucionária.

Desse modo, o trabalhador, conhecedor do processo de produção em sua totalidade, passou a ser especializado numa determinada tarefa; a relação entre empregado e empregador também se alterou, pois um poderá não conhecer o outro, ou seja, se antes o trabalhador estava sob o inteiro cuidado do patrão (mestre artesão), com a industrialização, essa nova maneira de produzir conduzida pela lógica do lucro, que explora da mão-de-obra e estimula o consumo em massa, conduziu o trabalhador a ingressar no mercado especificamente para consumir. Assim, é visto como cliente e, aos poucos, perde a capacidade de compreender que o trabalho, o ato laborativo, pode proporcionar-lhe mais do que realização material.

A industrialização, de acordo com o pensamento de Eric Hobsbawm (2003), proporciona o aumento da lucratividade, pois a nova alternativa de produzir e fazer a manufatura em grandes quantidades foi uma forma inovadora na composição da sociedade industrial. A alteração da paisagem nas cidades industriais foi rapidamente percebida pela construção de grandes “oficinas”, de pavilhões, para acomodar as máquinas, onde os trabalhadores, exercendo sua força de trabalho com os meios de produção privados, submetidos a um regime de mercado baseado na lei da oferta e da procura, trabalham de forma intensa sob a proteção da sua capacidade de organização enquanto categoria social.

Segundo o historiador Hobsbawm, naquele período, para a mão-de-obra,

[...] não se exigia qualquer classe de homens com qualificações científicas especializadas, mas simplesmente um número suficiente de homens com escolaridade comum, familiarizados com dispositivos mecânicos simples e com o trabalho em metal, e dotados de experiência prática e iniciativa. (2003, p. 38).

Naquele momento de arrancada a qualificação da força de trabalho existente era suficiente, em razão da pouca necessidade do emprego de tecnologias mais elaboradas, como também o próprio ser humano ainda estava se organizando, apreendendo a usar os produtos da ciência e tecnologia.

social ocorreu numa economia capitalista, e através dela. Como sabemos, pela experiência do séc. XX, não é essa a única forma que a Revolução Industrial pode assumir, ainda que tenha sido a primeira e, provavelmente, no séc. XVIII, a única viável (HOBSBAWM, 2003, p. 33).

Os primórdios da Revolução Industrial foram um tanto primitivos, tecnicamente, não porque não houvesse à disposição melhor ciência e tecnologia mais avançada, porque as pessoas não se interessavam por elas ou porque não pudessem ser persuadidas a usá-las. [...] A novidade não estava nas inovações, e sim na presteza com que os homens práticos se dispunham a utilizar ciência e a tecnologia desde muito disponíveis e a seu alcance. [...] Tal situação foi das mais convenientes, pois deu à primeira Revolução Industrial um impulso imenso, talvez essencial, para avançar. Ela colocou ao alcance de um conjunto de homens de negócios e artesãos hábeis, que, embora diligentes, não eram particularmente bem educados ou perspicazes, nem particularmente abastados, e que atuavam numa economia progressista e em expansão cujas oportunidades eles agarravam facilmente (HOBSBAWM. 2003, p. 57).

Assim também, “mesmo aptidões secundárias e hábitos que tomamos como naturais nas sociedades desenvolvidas, mas cuja ausência as destruiria completamente, são escassos como rubis: alfabetização, noção de pontualidade e regularidade, a rotinização das atividades” (HOBSBAWM. 2003, p. 57-58). Nessas oficinas o ritmo de trabalho era imposto por um planejamento, controle e ritmo de esteira, pensado pelo proprietário dos meios de produção. É o surgimento, na sociedade capitalista, de um novo período de acumulação privada, o industrial.

Nesse contexto, as relações de trabalho se alteram, o desenvolvimento da sociedade focada no progresso econômico amplia a divisão em classes sociais, alteram-se os processos de trabalho pela divisão técnica na fabricação da mercadoria, ocorrendo um

[...] grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar, deve-se a três circunstâncias: primeira, ao aumento da destreza em cada operário; segunda, há economia de tempo que é comumente perdido ao passar de uma espécie de trabalho para outra; finalmente, a invenção de grande número de máquinas, que facilitam e abreviam o trabalho, e permitem a um homem fazer o trabalho de muitos, (SMITH, 1981, p. 4).

Entretanto, é importante ressaltar que tais transformações nas formas de gestão do trabalho alteraram significativamente também as relações sociofamiliares, atingindo a qualidade de trabalho e vida, de tal forma que não deixasse alternativa ao trabalhador que não a de aceitar a rigidez das atividades. Na época já se proporcionava o ingresso no trabalho fabril de mulheres e crianças como força de trabalho importante para o mercado.

O fato de as fábricas de tecidos inspirarem tais visões de trabalhadores desumanizados e reduzidos à condição “mecânica” ou de “braço”, antes de serem inteiramente substituídos por “máquinas automáticas”. A fábrica era *realmente* uma forma revolucionária de trabalho, com seu fluxo lógico de processos, cada qual uma máquina especializada a cargo de um “braço” especializado, todos ligados pelo ritmo constante e desumano do “motor” e pela disciplina da mecanização. [...] Embora os salários fabris tendessem a ser mais altos que os da “indústria doméstica” (exceto os pagos a trabalhadores manuais altamente qualificados e versáteis), os trabalhadores relutavam em trabalhar nelas, pois ao fazê-lo as pessoas perdiam aquele direito com que havia nascido – a independência. Na verdade, essa era uma das razões por que se contratavam, de preferência, mulheres e crianças, mais dóceis: em 1838 apenas 23 % dos trabalhadores das fábricas de tecidos eram homens adultos (HOBSBAWM, 2003, p. 64, grifo do autor).

Tal característica demarca uma nova forma de organização da sociedade tanto no aspecto da produção/acumulação como na regulação dessa produção, seja por meio de mecanismos de gestão no chão de fábrica, seja por políticas sociais de cunho meritocrático ou punitivo.

O trabalho numa fábrica mecanizada – impõe uma regularidade, uma rotina e uma monotonia totalmente diferente dos ritmos pré-industriais de trabalho, - que dependem da variação das estações e do tempo, da multiplicidade de tarefas em ocupações não afetadas pela divisão racional do trabalho, pelos caprichos de outros seres humanos ou de animais, e até mesmo pelo desejo de se divertir em vez de trabalhar. [...] A indústria trás consigo a tirania do relógio, a máquina que regula o tempo, e a complexa e cuidadosamente prevista interação dos processos: a mensuração da vida não em estações (acerto de trabalho até a Festa de São Miguel, ou até a Quaresma) ou mesmo em semanas e dias, mas em minutos, e acima de tudo, uma *regularidade* mecanizada de trabalho que se choca não só com a tradição mas também com todas as inclinações de uma população ainda não condicionada para ela. E como os homens não assimilavam espontaneamente esses novos costumes, tinham de ser forçados – por disciplina e multas, por lei de Senhor e Servo como aquela de 1823 que os ameaçava com prisão por quebra de contrato (aos patrões cabia, apenas multas) e por salários tão baixos que somente a labuta incessante e ininterrupta os fazia ganhar o suficiente para sobreviver, sem prover o dinheiro que os afastasse do trabalho por mais tempo que o necessário para comer, dormir e – como se tratava de um país cristão – orar no Dia do Senhor (HOBSBAWM, 2003, p. 80, grifo do autor).

Assim, podemos perceber que tais mudanças no processo de gestão e organização do trabalho foram sendo ampliadas e qualificadas pelo paradigma teórico fordista/taylorista. Este modelo de produção caracteriza-se pela produção em massa, de forma padronizada, com qualidade, em menos tempo, utilizando-se de fatores como controladores de tempo, dissociação do processo de trabalho em nível de especializações, distinção dos processos do trabalho entre trabalho intelectual e braçal, onde a disciplina e o ritmo de trabalho agora

são dados pela máquina através de uma linha contínua de produção. Esse tipo de gestão de trabalho tem como consequência a necessidade de uma reeducação, de uma transformação cultural, social e política, gerando, assim, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de relações sociais no âmbito societário, pois a finalidade fundamental não é simplesmente racionalizar a produção, mas, também, ampliá-la do ponto de vista da produtividade e do consumo.

Harvey contribui relatando:

Ford fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade, [...], o que havia de especial em Ford era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (1989, p. 121).

A formação cooperada no processo de trabalho e o grande número de trabalhadores num mesmo espaço físico e, de outro lado, a emergência de novas necessidades sociais, tendo em vista o novo tipo de organização das relações entre capital e trabalho, juntamente com as precárias condições de trabalho e de vida, contraditoriamente, possibilitaram a organização coletiva e reivindicativa das classes operárias. Nesse momento histórico ocorreu o reconhecimento da existência da questão social por parte dos proprietários dos meios de produção. Esses dois processos, mudança da base econômica societária e reconhecimento da questão social, ampliaram as condições para que houvesse uma intervenção mais forte do Estado, tanto no âmbito econômico quanto no social. A orientação teórica que subsidiou esse processo foi o keynesianismo, que, em linhas gerais, propunha um Estado promotor do “bem-estar social¹¹”, *welfare state*, e indutor do crescimento econômico. A partir da regulação keynesiana e da autonomização fiscal,

¹¹ “Política Social, assim identificada, integra um complexo político-institucional denominado seguridade social (inaugurado na Inglaterra, na década de 40), o qual, por sua vez, constitui a base conceitual e política do Estado de Bem-Estar ou do *welfare State*, como é internacionalmente conhecido. No plano econômico, o intervencionismo estatal encontra robusta sustentação na doutrina Keinesiana, que, desde os anos 30, fundamenta e propaga a necessidade de intervenção do Estado na economia para assegurar alto nível de atividade econômica mediante o investimento público, o trabalho intensivo, a propensão ao consumo e o pleno emprego. No plano social, o mesmo intervencionismo encontra justificativa na nova idéia de segurança de existência, a qual postula a instauração e a organização de sistemas de seguridade pública como direito do cidadão e obrigação do Estado”. (PEREIRA, 1998, p. 61).

permitiram-se a intervenção do Estado na economia e o desenvolvimento estatal para atuar no processo de desigualdade social criada pelo mercado, por meio da promoção de bem-estar social das suas instituições do *welfare state*.

O paradigma keynesiano no Brasil, como tentativa do processo de crescimento e desenvolvimento, apareceu no período do primeiro governo de Vargas, na década de 1930, quando ocorreu a opção da passagem do modelo agrário-exportador para o modelo de economia urbano industrial. As bases produtivas assentaram-se no processo de gestão e organização do trabalho fordista/taylorista, tendo o Estado como agente central e promotor das condições para a independência econômica. Conforme Brum,

[...] dentro dessa postura ideológica, além de ter o Estado como principal protagonista do desenvolvimento industrial, outra característica marcante do processo de industrialização no Brasil foi a de que ele ocorreu pela via de substituição de importações, quer dizer, passar a produzir progressivamente no país o que antes era importado (1997, p.213).

Especialmente no que se refere às ações de “bem-estar social”, essas não repetiram no Brasil os modelos europeu e norte-americano. O Estado propunha, por meio de ações pragmáticas, suprir as necessidades básicas da população, como alimentação, vestuário, educação, saúde, lazer, moradia. No entanto, essas ações tinham o caráter de concessões de “bem-estar”, caracterizando um Estado regulador e provedor. Ainda, países como o Brasil desenvolveram o regulacionismo estatal-desenvolvimentista, mas sem a universalização dos direitos políticos e sociais de forma ampla e democrática. Faleiros explica que em

[...] países periféricos não existe o *Welfare State* nem um pleno Keynesianismo em política. Devido à profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania. São políticas “categorias”, isto é, que têm como alvo certas categorias específicas da população, como trabalhadores (seguros), crianças (alimentos, vacinas), desnutridos (distribuição de leite), certos tipos de doentes (hansenianos, por exemplo), através de *programas* criados a cada gestão governamental, segundo critérios clientelistas e burocráticos. (1986, p. 28, grifo do autor).

Ao longo da história do desenvolvimento da sociedade capitalista é possível perceber que os direitos sociais, as políticas sociais apresentam-se de forma a auxiliar na regulação da força de trabalho, contribuindo para a sua reprodução qualificada, mas também significam possibilidades de classe a trabalhadora acessar tais direitos sociais, os quais podem representar as conquistas sociais. Então, este campo representa um espaço de contradição do sistema capitalista. Para este trabalho as políticas sociais são entendidas como suporte teórico para compreender e analisar a questão da inclusão social.

Desse modo, é importante tecer considerações acerca dessa importante forma de intervenção estatal, demonstrando principalmente a viabilização dos direitos por meio das políticas ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista.

2 DIREITO SOCIAL E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

Para melhor compreender a lei da Previdência Social que prevê a reserva de vagas aos trabalhadores portadores de deficiência no mercado formal de trabalho, é importante trazer à tona alguns elementos que contribuíram no processo de construção do direito social na sociedade capitalista.

Neste trabalho a concepção de direito social se dá com base no pensamento de Couto (2004):

[...] os direitos são resultados do movimento histórico em que são debatidos, correspondendo a um homem concreto e à suas necessidades, delimitado pelas condições sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade, (...) os direitos sociais -são exercidos pelos por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. É no âmbito do Estado que os homens buscam o cumprimento dos direitos sociais, embora o façam de forma individual. Esses direitos vêm se constituindo desde o século XIX, mas ganharam evidência no século XX. Ancoram-se na idéia de igualdade, que se constitui numa meta a ser alcançada, buscando enfrentar as desigualdades sociais. (p. 34-35).

Dessa forma, temos que, quando o ideário liberal ditava as normas sobre a sociedade, as pessoas que poderiam usufruir direitos eram os homens capazes e livres para discernir; logo, os trabalhadores não tinham a possibilidade para tal. Assim, os direitos eram para cidadãos que tinham em seu poder os meios de produção. Com os movimentos sociais ao longo do processo de desenvolvimento societal isso tem sido rediscutido e, aos poucos, os direitos vão sendo estendidos para a maioria dos cidadãos. Couto (2004), lembra que, historicamente,

[...] os direitos sociais, bem como os civis e políticos, têm sido objeto de disputa na sociedade, para que sua garantia possa ser efetivada. Nesse sentido, a luta pela universalização dos direitos civis e políticos e a busca da igualdade como meta dos direitos sociais são características de vários movimentos e declarações construídas pelos homens, principalmente a partir dos séculos XVIII, XIX e XX. (p. 49).

Entretanto, foi apenas com a crise de 1929, quando do crescimento das desigualdades sociais, que surgiu a proposta do Estado social, regido pelo pensamento de Keynes. Na esfera econômica, foi proposta “uma intervenção na economia por meio de investimentos no mercado produtivo e na promoção do bem estar, buscando, assim, diminuir as desigualdades sociais”. (COUTO, 2004, p. 64).

Os resultados dos movimentos em prol dos direitos sociais aparecem de forma ampliada e publicizada na Declaração dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948.

Com relação aos aspectos que tratam da proteção social,

[...] o sistema de proteção social criado em torno dessa proposta foi sendo construído a partir de um amplo aparelho burocrático estatal e com inúmeras repercussões nas legislações que foram surgindo no mundo. Seu suporte estava fundamentado no desenvolvimento pleno da economia, o que permitia o investimento por parte do Estado em sistemas de políticas sociais. (COUTO, 2004p. 67).

Contudo, a leitura histórica aponta para uma nova crise mundial do modelo capitalista, o que influenciou diretamente na proposta de acesso aos direitos sociais. A perspectiva que surge é a do neoliberalismo, o qual percebe o enfrentamento das desigualdades por intermédio estatal como sendo

[...] considerado indesejável, pois seu enorme custo incidirá diretamente sobre o lucro e também reforçará a tese de abandono do mundo produtivo, uma vez que os trabalhadores preferirão o benefício estatal ao trabalho. (...) A crítica do aparato teórico neoliberal ao Estado social é centrada naquilo que é identificado como excessos de poder do Estado, tanto em relação ao mercado como à sociedade. (COUTO, 2004, p. 69).

Com relação aos direitos sociais, percebemos, de certa forma, um retrocesso, pois a questão social fica em segundo plano e basicamente a cargo dos investimentos provindos

das esferas privadas. Couto indica que “às políticas sociais retornam seu caráter liberal residual; a questão da garantia dos direitos volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado”. (COUTO, 2004, p. 70).

No Brasil, a discussão sobre direitos sociais, bem como sua concessão a uma camada da população aconteceu no período de 1930, com o governo de Getúlio Vargas. Naquele período, o modelo nacional de desenvolvimento passou para uma orientação da implantação de indústrias e urbanização do país.

A regulação das relações entre capital e trabalho foi a tônica do período, o que parece apontar um estratégia legalista na tentativa de interferir autoritariamente, via legislação, para evitar conflito social. Toda legislação trabalhista criada na época embasava-se na idéia do pensamento liberal brasileiro, onde a intervenção estatal buscava a harmonia entre empregadores e empregados. Era bem-vinda, na concepção dos empresários, toda a iniciativa do Estado que controlasse a classe operária. (...) O governo Vargas investiu na formulação de legislações que foram delineando uma política baseada na proposta de um Estado social autoritário que buscava sua legitimação em medidas de cunho regulatório e assistencialista. Essas características apontam a conformação inicial de um sistema de proteção social de tipo conservador ou meritocrático-particularista. (...) Passaram a ser critérios de inclusão ou exclusão nos benefícios sociais a posição ocupacional e o rendimento auferido. Estes critérios colocaram somente os trabalhadores urbanos em posição de privilégio, pois sua vinculação ao mercado formal de trabalho era a garantia de inserção nas políticas sociais da época. (COUTO, 2004, p. 95-96)

Evidencia-se, então, nesse período, que, quanto a direitos conquistados, pode ser citado o voto das mulheres, voto secreto; quanto direitos sociais, foram basicamente garantidos aos trabalhadores com carteira assinada. Vale citar que, “no âmbito da política social previdenciária, ações de integralidade técnico-política de áreas a essa relacionada foram: em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social; em 1979, foi instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social”. (COUTO, 2004, p. 131).

No final da década de 1980, no Brasil apresentou-se com um importante resultado dos movimentos sociais a nova Constituição, por muitos chamada de “constituição Cidadã”. Isso ocorreu em 1988. Couto salienta:

De modo a salientar,

[...] é no campo dos direitos sociais que estão contidos os maiores avanços da Constituição de 1988. [...] Os objetivos deixam claro que os constituintes, além de reconhecerem as desigualdades sociais e regionais brasileiras, impuseram a solução dessas desigualdades à ação do país. O avanço que respondeu mais perto a esses objetivos é o que constituiu o sistema de seguridade social, criado pelo artigo 194, que é congregador das políticas de saúde, de previdência social e de assistência social. (2004, p. 158).

A categoria “políticas sociais ¹²” vem sendo trabalhada de forma intensa, visto que é pela sua efetivação por meio da práxis social que os cidadãos, e no caso do estudo a que se refere esta dissertação, as pessoas com deficiência, estão conseguindo um melhor acesso nos diversos meios sociais, como escolas e empresas, pois, ao mesmo tempo em que as leituras teóricas apontam para a qualificação da força de trabalho a fim de qualificar o produto, também são consideradas conquistas do trabalhadores transformadas em direitos sociais.

De acordo com a teoria liberal,

as políticas sociais permitem também uma certa regularidade no mercado do trabalho, pelos mecanismos de colocação e de formação de mão-de-obra e pelos mecanismos de auxílio ou de seguro aos desempregados. São estes os instrumentos de controle da força de trabalho e dos salários, cujas modificações seguem as crises econômicas e sociais. Estas políticas neo-Keynesianas se caracterizam, assim, por uma dupla ação no mercado: estímulo à demanda e subvenção às empresas. E por esta mesma razão as relações de produção não são tocadas por estas políticas no que têm de essencial: as relações de exploração (FALEIROS, 1987, p. 42).

No período em que se deflagra o desenvolvimento social, o Estado, por meio de suas políticas sociais, busca a garantia da reprodução da força de trabalho, compensando as dificuldades individuais diante das necessidades do mercado, proporcionando aos trabalhadores acesso a “direitos sociais”; em contrapartida, oferece ao mercado uma população apta ao trabalho e com poder de consumo.

¹² “Quando falamos de política social, estamos nos referindo àquelas modernas funções do Estado capitalista - imbricado à sociedade - de produzir, instituir e distribuir bens e serviços sociais categorizados como direitos de cidadania Trata-se, portanto, de política associada a um padrão de organização social e política que, desde os fins do século XIX e, mais precisamente depois da Segunda Guerra Mundial, foi distanciando-se dos parâmetros do *laissez-faire* e do legado das velhas leis contra a pobreza (...) para transformar-se num esquema de proteção social que incumbe ao Estado decisiva responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos.” (PEREIRA, 1998, p.60-61, grifo do autor).

Percebemos, portanto, que em cada período do desenvolvimento capitalista são utilizadas diferentes formas de abordar as necessidades sociais, porém não se alterando os objetivos da lógica excludente, maquiando o discurso ao transformá-lo em mais aceitável para a sociedade. Contudo, as alternativas propostas revelam-se nas práticas muitas vezes tão ou mais agressivas e desmanteladoras de direitos do que as anteriores, pois criam apenas novas categorias sociais, subdividindo a população em parcelas (gênero, idade cronológica, condição física ou mental, entre outras), as quais terão uma tensão específica, normatizada em leis, regulamentos etc.

Aos olhos da população, parece que as medidas deixaram de ser repressivas, passando-se a uma etapa de humanização. Fala-se da cidade humana, do hospital humano, de instituições humanas, de atendimentos humano. Para isso, impõe-se um discurso humanizante, para falar de uma realidade desumanizadora. (FALEIROS, 1987, p. 58).

Tais estratégias acabam por servir como forma de gestão do Estado para responder às pressões da sociedade civil e às exigências diante da necessidade da reprodução do capital, mantendo “a paz e a ordem social”. Essa forma de agir do Estado expressa a maneira contraditória como as pessoas, os trabalhadores, têm acesso às propostas de proteção social por meio do direito ao trabalho, como uma das poucas maneiras de acesso a direitos. Entretanto, a questão não é o ato laborativo em si, mas a maneira como o ser humano é obrigado a vender sua força de trabalho, estando à disposição das constantes mudanças da esfera produtiva, a qual objetiva ampliar e qualificar a produção, não a qualidade de vida do trabalhador.

No Brasil, quando de franca expansão do desenvolvimento econômico e social, tentou-se a aproximação do paradigma keynesiano, da economia capitalista. Os países centrais, nesse período, vivem a crise de larga escala das taxas de lucratividade, necessitando buscar novas formas de produção e abrir novos mercados, tendo em vista a crise do estado providência. Enquanto isso, nos países não periféricos Harvey lembra que o modelo de acumulação fordista/taylorista se esgotava:

De 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo, [...] a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens – capacidade de gerar o lucro - e a alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista, exigindo uma nova alternativa para as contradições do sistema capitalista, o que faz surgir um novo paradigma de produção, o da flexibilização nos processos de trabalho e de regulação das relações entre capital e trabalho, através de uma reconfiguração do Estado .(1998, p. 135-140).

Esse novo modelo de gestão e organização do trabalho – modelo de acumulação flexível é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo e apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, denovas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, ou seja,

[...] é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, [...] fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo, [...] tem como princípio o just in time, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção, [...] as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, tem uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção. (ANTUNES, 2000, p. 54).

Percebemos, então, uma nova síntese do sistema de produção capitalista, que, por meio de um novo processo de reestruturação produtiva, apresenta uma nova forma de acumulação, através da globalização da economia, da implantação de novas tecnologias, tanto no aspecto produtivo quanto no aspecto de políticas de gestão da força de trabalho, o que, por sua vez, implica de um novo perfil de trabalhador¹³, com grau de escolaridade elevado e polivalente. O novo modelo do processo produtivo traz o enxugamento das

¹³ “A mudança da base eletromecânica para a base microeletrônica, ou seja, dos procedimentos rígidos para os flexíveis, que atinge todos os setores da vida social e produtiva nas últimas décadas, passa a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como: análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente, e assim por diante”. (KUENZER, 2002, p. 86).

empresas tanto no que diz respeito à força de trabalho quanto ao que se produz, no sentido de produzir a partir da demanda.

Ainda sobre o trabalhador, “às mudanças tecnológicas e as novas formas de gestão do trabalho, que passam a exigir outras competências e um novo padrão cognitivo do trabalhador, o impulsionaram a utilizar coeficientes maiores de autonomia, como, por exemplo, a capacidade de decisão e escolha”. (PASCHE, 2002, p. 184)”. É exigido também deste trabalhador a capacidade de ser multifuncional, flexível, bem como de encontrar novas alternativas para ampliar e qualificar a produção. O resultado dessa flexibilização e da terceirização é a crescente precarização das condições de trabalho, entendida a flexibilização das relações como

[...] um conjunto de mudanças legislativas incorporadas para desonerar a produção, entre as quais, a possibilidade de contratação de percentuais de trabalhadores sem registro formal (no Brasil se permite à contratação de um percentual de trabalhadores sem registro formal na carteira de trabalho, naquilo que se denomina de ‘contrato temporário’) e a subcontratação mediada por empresas disfarçadas sob o nome de ‘cooperativas de trabalho (PASCHE, 2002, p.186).

Assim, o que tem ocorrido

[...] no mundo do trabalho hoje é uma redução do operariado manual, fabril, estável, típico da fase taylorista/fordista. Esse proletariado tem se reduzido em escala mundial, ainda que de maneira obviamente diferenciada em função das particularidades de cada país, dada a sua inserção na divisão internacional do trabalho. [...] paralelamente à redução dos empregos estáveis, aumentou em escala explosiva o número de trabalhadores assalariados temporários. [...] tem-se o aumento expressivo do trabalho feminino no mundo do trabalho, tanto na indústria quanto especialmente no setor de serviços[...] por certo, um momento importante da emancipação *parcial* das mulheres, pois anteriormente esse acesso era muito mais marcado pela presença masculina. [...] o capital fez isso a sua maneira, [...] reconfigurou uma nova *divisão sexual* do trabalho. [...] há uma exclusão enorme dos jovens e dos ‘velhos’. Os jovens são aqueles que terminam seus estudos, médios e superiores, e não tem espaço no mercado de trabalho. [...] E os trabalhadores de 40 anos ou mais, considerados ‘velhos’ pelo capital, uma vez desempregados não voltam mais para o mercado de trabalho. Vão realizar trabalhos informais, trabalhos parciais, *part time*, etc. (ANTUNES, 2000, p. 201-202-203, grifo do autor).

Segundo Mônica de Jesus Cesar,

[...] ao considerar o processo de reestruturação produtiva como uma resposta à crise de acumulação capitalista, entendendo que ele encerra uma estratégia de reorganização da produção e dos mercados. Como tal interfere na organização da sociedade e no conjunto das relações que se estabelecem entre o capital, trabalho e o Estado (2000, p. 117).

Da mesma maneira que se altera o modelo de produção e acumulação, ocorrem alterações em nível de orientação do papel do Estado. Se, no modelo anterior, o Estado foi o agente central de financiamento da economia e promotor do bem-estar, agora, com a economia já estruturada no âmbito da infra-estrutura e com uma estagnação das taxas de acumulação, o receituário keynesiano passa a ser questionado e uma nova orientação teórica passa a orientar as formulações econômicas, a orientação neoliberal. As bases centrais desta teoria são a liberdade do mercado como orientador do processo de crescimento e o desenvolvimento capitalista. Assim, na agenda neoliberal, o intervencionismo estatal passa a ser “antieconômico” e “antiprodutivo”. A reforma do Estado torna-se requisito fundamental, pois há necessidade de minimizar suas ações no que se refere ao “controle público” das relações econômicas e sociais. “Em outras palavras, a fragilização e a perda de conquistas sociais trabalhistas, como sendo condição necessária para a nova fase do capitalismo - a fase da flexibilidade” (HERÉDIA, PERUZZO, 1998, p. 194).

Dessa forma, vive-se novamente um período no qual as especificidades do mundo do trabalho provocam novas transformações nas relações sociais, provindas da contradição capital *versus* trabalho, as quais serão postas para a sociedade absorver, exigindo-se desta mesma sociedade buscar formas de se contrapor a nova forma de produção. O Estado, por sua vez, reduz suas intervenções na sociedade, flexibilizando também as políticas sociais, pressionado pelas agências financiadoras da economia, como FMI e Banco Mundial¹⁴, que, orientadas pela teoria neoliberal, exigem reformas econômicas e sociais. Dentre tais reformas evidenciamos a desregulamentação da legalidade das relações de trabalho, sua

¹⁴ “Essas redes econômicas privadas, transnacionais, dominam então cada vez mais os poderes estatais; muito longe de ser controladas por eles, são elas que controlam e formam em suma, uma espécie de nação que, fora de qualquer território, de qualquer instituição governamental, comanda cada vez mais as instituições dos diversos países, suas políticas, geralmente por meio de organizações consideráveis, como o Banco Mundial, o FMI ou a OCDE”. (FORRESTER, 1997, p. 30).

flexibilização e a criação de normas que viabilizem as demissões e negociações diretas com os empregados. Isso acaba contribuindo para um processo de deslegitimação das relações coletivas e dos sindicatos de classe e, acima de tudo, reforça ainda mais o individualismo, repassando para os cidadãos a “gerência” da forma de prover sua vida. As pessoas tornam-se “empresárias”, livres para competir no mercado global independentemente da existência de condições (antes garantida pelo Estado) para que a sociedade (população/trabalhador) enfrente a realidade competitiva, bem como dê conta dos impactos desse novo processo na vida dos sujeitos.

Nesse sentido, as políticas de atenção aos trabalhadores também passaram por transformações, uma vez que um enorme contingente de desempregados e, mesmo, muitos dos ainda empregados não consegue garantir a reprodução da sua força de trabalho. Nesse aspecto, as empresas necessitam também investir na qualificação da mão-de-obra, pois as alternativas provindas das esferas públicas¹⁵, dos movimentos, de instituições, como sindicatos ou escolas, universidades, priorizam a tecnicidade, ou promovem ações direcionadas a garantir um *pouco do mínimo* necessário para a população desempregada, seja por meio de programas de saúde, de alfabetização, de auxílios para alimentação, habitação, seja focando também alguns segmentos da sociedade, como idosos, PPD, entre outros, mas tudo de acordo com a condição de miserabilidade da população, criando-lhe critérios de acessibilidade para usufruir tais programas.

Nesse momento há uma desresponsabilização do Estado para com a garantia das necessidades de sobrevivência da população, visto que o trabalhador, empregado ou não, necessita participar com seu interesse e investimento financeiro na sua atualização, qualificação de força de trabalho, sendo, pois, o responsável por si. Logo, o que se apresenta como alternativa para a população, como políticas sociais para a sociedade por conta de suporte aos desempregados, pode ser percebido como uma nova roupagem do que havia como políticas sociais no início do período inaugurado como industrial, com a “Lei dos Pobres”¹⁶.

¹⁵ “A *publicização* das diferentes esferas da vida social é um movimento direcionado pela correlação de forças políticas que se estabelece entre os atores sociais e que permite tornar visíveis os conflitos e viabilizar consensos. É um processo que assume, assim, o caráter de *estratégia política* de sujeitos sociais que passam a disputar lugares de reconhecimento social e político. Assim, a esfera pública transcende a forma estatal ou privada, pois remete à adoção de novos mecanismos de articulação entre Estado e sociedade civil e no interior dessas esferas, permitindo superar a perspectiva que identifica automaticamente o estatal com o público, e o privado com o mercado”. (RAICHELIS, 1998, p. 78-79, grifo do autor).

¹⁶ “A concepção tradicional, que ainda sobrevivia, deformada, em todas as classes da sociedade rural e nas relações internas dos grupos da classe trabalhadora, era a de que um homem tinha o direito ser mantido vivo

Na era da acumulação flexível, as políticas sociais regulamentadas pelo Estado tentam responder à questão social, agora minimizada, ficando também a cargo da sociedade civil organizada exercer um dos papéis, qual seja, o de prover o mínimo para a sobrevivência de forma caritativa, como, ainda, o de mediar o acesso aos direitos sociais aos cidadãos, como também de acolher o cidadão. Couto salienta a respeito:

É preciso ter claro que a simples existência de garantias legais não se traduz em garantias de direitos sociais. O próprio acesso as leis e ao seu aparelho jurídico formal tem sido dificultado aos segmentos populacionais pauperizados, o que tem reforçado a máxima de que existem leis em abundância e pouca efetividade no seu cumprimento. [...] A orientação de recorte neoliberal tem sido encaminhada no sentido da desregulamentação, buscando não só desonerar o Estado e o mercado dos efeitos das desigualdades sociais, mas também os sistemas jurídicos formais do apelo da população empobrecida, que transitaria, assim, da órbita do direito formal para a órbita da filantropia (2004, p. 56-57).

É nesse contexto que as empresas, por meio de programas e projetos, buscam investir na qualificação da mão-de-obra dos poucos que possuem vínculo empregatício, carteira assinada, dada a situação do trabalho temporário. “Em outras palavras, a tão defendida flexibilidade da força de trabalho pressupõe, também direitos flexíveis para os trabalhadores”. (MARQUES, 1997, p. 68). Isso ocorre porque existe à disposição no mercado um exército de mão-de-obra de reserva qualificado. Acrescenta-se a isso a terceirização da produção, submetendo o trabalhador a precárias condições de trabalho, com pouca, ou, por momentos, sem proteção estatal, pois trabalham de maneira informal, sem carteira assinada e, por vezes, sem contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social.

por sua comunidade. A concepção dos economistas liberais da classe trabalhadora, era a de que os homens tinham a obrigação de aceitar os empregos que o mercado oferecesse, qualquer que fosse o lugar ou a remuneração, e que, através da poupança e do seguro individual ou coletivo, o homem racional se protegeria contra os infortúnios, a velhice, ou a doença. Admitia-se que não podia se permitir que o resíduo de indigentes viesse a morrer de fome, mas a estes não se deveria dar mais que o mínimo absoluto – desde que fosse menos que o salário mais baixo que oferecido no mercado - e nas condições mais desestimulantes. A Lei dos Pobres destinava-se não tanto a ajudar os infelizes quanto a estigmatizar os confessos fracassos da sociedade. [...] Poucos estatutos foram mais desumanos que a Lei dos Pobres de 1834, que tornava qualquer socorro social ‘menos elegível’ que o mais baixo salário vigente, confinava -o a centros de trabalho com características de penitenciária, separando pela força maridos, mulheres e filhos, a fim de castigar os pobres por sua indigência e desencorajá-los da perigosa tentação de procriar novos miseráveis. A lei nunca foi inteiramente aplicável, ela constituiu a base para a previdência social inglesa até as vésperas da I Guerra Mundial”. (HOBSBAWM. 2003, p. 83).

A chamada flexibilização nada mais é do que uma forma de promover a redução significativa do custo fixo com a mão-de-obra. É claro que para isso as empresas precisam levar uma luta sem quartel contra os direitos trabalhistas e sociais. O irônico disso tudo é que o avanço da desregulamentação do mercado de trabalho significa, apesar de todas as resistências, que a classe trabalhadora se encontra acuada. [...] A manutenção de taxas de desemprego extremamente elevadas, a utilização crescente de trabalho temporário e a tempo parcial, e o abandono da partilha da produtividade implicam a ruptura da relação estabelecida entre capital e trabalho no pós-guerra. A segurança derivada do pleno emprego, dos sistemas de proteção social e dos acordos coletivos de trabalho passa a ser substituída pela flexibilização do trabalho, deteriorando-se os salários e fazendo do emprego um direito de poucos. (MARQUES, 1997, p. 69-70).

Em contrapartida a essa precarização das relações de trabalho, entendemos ser importante recriar outras possibilidades para que o trabalhador continue com a perspectiva de ser possível, por meio de sua força-de-trabalho, alcançar seus objetivos. Para isso, torna-se necessária novamente a ação de instituições públicas e privadas no investimento em políticas, programas e projetos que visem à reinserção do trabalhador no mercado de trabalho, proporcionando outras possibilidades de suprir as necessidades e expectativas dos trabalhadores, transformando suas indignações e questionamentos em propostas que fazem frente à usurpação dos seus direitos, ocupando os espaços de proteção social que existem.

2.1 Proteção social / inserção/inclusão por meio do direito ao trabalho

Já foi analisado que uma das formas de as pessoas conseguirem garantir sua sobrevivência em sociedade é pelo trabalho, porém, atualmente, manter-se empregado, ter acesso ao mercado de trabalho sem estar como mão-de-obra de reserva é um grande desafio. Assim, o Estado tem possibilitado, por meio de suas políticas de proteção social, mecanismos nos quais a população pode ter ancoragem para continuar ativa no mercado de trabalho, principalmente no mercado formal de trabalho.

Cabe lembrar que, na perspectiva liberal, uma das formas de o Estado atender as expressões sociais da questão social, no caso, o desemprego, é por meio da criação de

[...] políticas de pleno emprego, serviços sociais universais, extensão da cidadania e o estabelecimento de um umbral sócio-econômico, considerado condigno pela sociedade, abaixo do qual a ninguém seria permitido viver. [...] Na economia para assegurar o alto nível de atividade econômica mediante o investimento público, o trabalho intensivo, a propensão ao consumo e o pleno emprego. No social o mesmo intervencionismo encontra justificativa na nova idéia de segurança de existência, a qual postula a instauração e a organização de sistemas de seguridade pública como direito de cidadão e obrigação do Estado (PEREIRA, 1998, p. 61).

Essa forma de intervenção estatal, de certo modo, proporciona um porto mais seguro à classe trabalhadora, pois, com o advento do modo de produção embasado na flexibilização e com o Estado neoliberal, as possibilidades de as pessoas usufruírem das políticas, enquanto direitos diminuíram. Por conseqüência, os programas, e projetos sociais públicos também estão sendo articulados com propostas privadas e filantrópicas para atender a um pouco das diversas expressões sociais criadas sob o influxo do desenvolvimento econômico¹⁷. Assim, têm sido criadas categorias, níveis de pobreza, como critérios para ajudar a decidir quem tem menos condições socioeconômicas e, assim, pode acessar aos direitos sociais, mesmo que sejam tidos como universais de trabalho, saúde, lazer, habitação e educação, para todos explícitos e instituídos, no caso do Brasil, na Constituição Federal de 1988.

A partir disso, as organizações sociais de cunho filantrópico, meritocrático, assistencialista, com ideais pragmatistas, têm campo aberto para atuar, pois a proposta de Estado mínimo passa a responsabilidade de cuidar os *excluídos* para as organizações da sociedade civil (ONGs, instituições filantrópicas como casas lares, associações, Apaes). Essas, ao buscarem seus espaços de trabalho, aplicando métodos, técnicas de gestão, visam atender a algumas expressões sociais, construindo projetos com olhar fragmentado, propondo ações isoladas, num contexto que exige uma articulação entre as prestadoras de serviços e os contratantes (no caso o Estado) para a construção de programas que ofereçam melhores condições para a população conseguir sobreviver nessa lógica de exclusão social imposta pela sociedade capitalista.

¹⁷ ‘Como observamos, esta nova estratégia de legitimação da “lógica do capital”, dentro da órbita da “sociedade civil”, e de enfrentamento da atual crise de superacumulação não implica o total afastamento do Estado. Ele apenas se desvencilha das “áreas econômicas” (passadas para a esfera privada do mercado) enquanto mantém (mesmo que *marginalmente*, nos países periféricos e dependentes) certo nível de respostas à “questão social” e, obviamente, a política formal. O problema é que estas respostas à “questão social” não tem, perante os custos das políticas sociais, da saúde e da educação públicas, do seguro-desemprego, da previdência social etc., a contraparte de rendas, produto dos lucros obtidos nas atividades econômicas outrora estatais’. (MONTAÑO, 1999, p. 62).

Por outro lado, a *precarização* das políticas sociais estatais. Significa a manutenção destas políticas sociais e assistenciais, fornecidas gratuitamente pelo Estado, num nível marginal. Este tipo de resposta, no contexto da estratégia neoliberal, exige um duplo processo complementar de *desconcentração e focalização* das políticas estatais. Isto configura o tipo de *resposta do Estado* à “questão social”, dirigido *às populações mais carentes*. Por outro lado, a privatização da seguridade e das políticas sociais e assistenciais, seguindo dois caminhos: [...] *remercantilização* dos serviços sociais. [...] a *refilantropização* das respostas à “questão social”. Na medida em que amplos setores da população ficarão descobertos pela assistência (precária e focalizada) e também não terão condições de acesso aos serviços privados (caros), transfere-se à órbita da sociedade civil a iniciativa de assisti-la mediante práticas filantrópicas e caritativas. É neste espaço que surgirá o chamado “terceiro setor”, atendendo a *população excluída ou parcialmente integrada*, o que se constitui como “uma luva” na mão do projeto neoliberal. (MONTAÑO, 1999, p. 65-66, grifo do autor).

No entanto, acreditamos que, se é nessa realidade contraditória que se dá a reprodução do sistema capitalista, é nessa mesma realidade que precisamos encontrar os espaços para construir alternativas e realizar o enfrentamento à ideologia que toma o ser humano como objeto. Para isso é preciso proporcionar subsídios aos cidadãos para que possam se perceber como sujeitos vivendo em sociedade, com necessidades e com possibilidades, encontrando estratégias que lhes possibilitem reconhecer e construir parceiros para fazer o embate contra o assolamento da classe que vive do trabalho. Marques (1997) defende que o Estado continua sendo um importante aliado da classe trabalhadora, porém deve ser interventor.

Retirar o Estado do mercado de trabalho, abolindo o salário mínimo e promovendo sua desregulamentação, é visto pelo pensamento neoliberal como condição para que a taxa de desemprego recue. [...] Se não houvesse salário mínimo, as empresas estariam, dispostas a oferecer novos postos de trabalho. [...] o objetivo é fazer com que a oferta e a procura passem a funcionar também no mercado de trabalho. (MARQUES, 1997, p.90).

Outra questão a ser refletida com relação à intervenção estatal no mercado é a regulação da oferta de mão-de-obra ao mercado, que corre o risco de, cada vez mais, estar sob cooptação ou ser desvalorizada pelo mercado, o qual pagaria o menos possível. Isso se

deve à impossibilidade de o trabalhador manter-se como pessoa diante das necessidades de sobrevivência, as quais são pouco atendidas pelas políticas sociais. Assim, o trabalhador tem de estar recriando mecanismos de competição entre a própria classe trabalhadora, com o que, provavelmente, estará fadado a trabalhar mais por muito menos, de forma tão ou mais precarizada do que no período escravista.

Um aspecto que diferencia a força de trabalho das demais mercadorias é que ela não pode esperar oportunidades favoráveis para ingressar no mercado de trabalho, pois sua sobrevivência depende do salário que obtiver. [...] Por último, enquanto o capital pode se renovar a cada ciclo produtivo, a oferta de trabalho não tem como variar sua qualidade, a não ser que tenha apoio para isso através de políticas educacionais e de treinamento (MARQUES, 1997, p. 91).

As afirmações de Marques (1997) auxiliam-nos na reflexão sobre as relações existentes entre capital e trabalho do que delas remeta, a questão social, e do como suas expressões são ou podem ser atendidas, elucidando onde estão as armadilhas e os reais interesses das propostas da lógica capitalista. Isso nos remete também a perceber, mesmo com as diferentes formas de atuação do Estado, algumas alternativas de como é possível encontrar espaços contraditórios nos meandros sociais para a efetivação das políticas sociais.

Dessa forma, é possível pensar também a intervenção pública mesmo que mínima, por ser um espaço a ser utilizado para a garantia de direitos. A existência de políticas de proteção social visando à inclusão da força de trabalho no mercado, pode ser uma possibilidade de trabalho para os profissionais, podendo dar um caráter de direito, de redistribuição, mostrando que tais políticas podem servir a classe trabalhadora de forma a garantir os mínimos sociais para a sobrevivência do homem, seja através do trabalho, seja lutando por seus direitos na saúde, no lazer, na educação, exercitando, assim, sua autonomia nas relações sociais. Essas relações devem poder libertar; o ato laborativo deve ser libertador, não escravizador, como vem sendo efetivado; o acesso aos direitos precisa ser visto como tal, não como favor pelo modo de produção vigente, isso para que as pessoas possam atender a outras necessidades, além das do mínimo para sua sobrevivência.

Diante disso, há a possibilidade de ocupar os espaços contraditórios na realidade social, identificando nas políticas sociais existentes um meio de balizar os pilares do individualismo e encontrando nas instituições lugares viáveis para a construção de práticas que visem à garantia dos direitos adquiridos. Para tanto, é essencial pensar a sociedade como um todo, ao invés de dissociar as relações de trabalho das questões de saúde, habitação, lazer, educação, entre outras. Isso significa propor algo que se contraponha ao que está atualmente em voga com relação ao pensamento de atender os mais pobres, aqueles que estão em cadastros esperando para serem atendidos pelos sistemas de saúde, habitação, educação, entre outros tantos criados pelas instituições que atendem as camadas sociais desprovidas dos meios de sobrevivência. Ainda o que vemos são políticas balizadas por leis dando margem a diversas interpretações e, principalmente, não responsabilizando *as estruturas econômicas* pela produção das desigualdades sociais, como também jogando/deixando para o cidadão a responsabilidade de engajar-se no processo de desenvolvimento social e econômico.

Entretanto, como salientado diversas vezes, há possibilidade de fazer o contraponto às propostas desmanteladoras do trabalho, da educação, da saúde, da habitação, entre outras, enquanto direito e conquista. Com o raciocínio sobre a construção de uma análise acerca do mundo do trabalho articulada com o acesso das pessoas com deficiência torna-se primordial a discussão sobre a relação existente entre o mundo do trabalho e as políticas socioeducacionais.

O que tem sido discutido até o momento sobre as políticas sociais, que carregam no seu bojo limites e possibilidades, não é diferente no campo educacional, onde são balizadas e comprometidas com a reprodução de um modo de produção e, na sua contradição, são espaços de garantias de direitos. Um dos desafios que podem ser apresentados é o de elucidar e apontar tais possibilidades e limites da idéia de que o ingresso no mundo acadêmico, da escolarização, significa, entre outras, oportunidade de emprego, melhor colocação no mercado de trabalho, melhor renda. Contudo, ainda de maneira geral isso é posto como um dos principais objetivos de pensar no mercado de trabalho como um fim, não como um meio que, articulado com outras políticas (saúde, habitação, lazer, entre outras), possam possibilitar a reconstrução de sua a vida em sociedade.

2.2 Políticas sociais e a educação

Refletir sobre as relações existentes entre educação e trabalho na sociedade capitalista torna-se imprescindível para este trabalho, tendo em vista serem essas maneiras de os seres humanos se inserirem e se relacionarem em sociedade. Articulado esses temas nesta reflexão, é possível compreender o importante papel que cada uma das áreas (não apenas estas) exerce para o ingresso de significativa parcela da população no mercado de trabalho, visto que são evidentes as diversas estratégias de que o sistema capitalista se utilizou ao longo das suas mudanças para a manutenção do lucro, principalmente no que tange à mão-de-obra.

São identificadas várias estratégias para excluir o trabalhador do mercado formal, no qual ele tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho e, ao mesmo tempo, são colocadas estratégias de inclusão no mundo do trabalho, mas sob condições precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e reempregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou reintegrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado. (KUENZER, 2002, p. 92).

Analisamos em seqüência, como aconteceu essa articulação ao longo do desenvolvimento da sociedade industrial, bem como se observam os rumos que a educação poderá ter diante das transformações socioeconômicas.

As políticas educacionais pensadas pelo Estado revelam alguns dos papéis que a escolarização tinha no mundo do trabalho, como as formas como foram apresentadas na sociedade capitalista, traduzidas na idéia de integração social, visando proporcionar a uma fração da população a qualificação de sua mão-de-obra, o que poderia resultar na ampliação de renda e num melhor acesso ao mercado consumidor.

A expansão dos sistemas escolares nacionais a partir da segunda metade do século XIX tem sido produto, em certo sentido, da difusão do que poderíamos chamar aqui a *promessa da escola como entidade integradora*. [...] Essa promessa integradora atribuía ao Estado um papel central não apenas nas atividades de planejamento como também um desempenho decisivo na captação dos recursos financeiros e na atribuição e distribuição das verbas destinadas ao sistema educacional. Ao fazer isso o Estado contribuía, por um lado, para o aumento da renda individual (derivada do incremento do capital humano individual), e, por outro, para o aumento da riqueza social (derivada do incremento no *stock* de capital humano social). (GENTILI, 2005, p. 78-80, grifo do autor).

Entretanto, as crises do sistema capitalista (crise do petróleo, alta da inflação, década de 1970 citada por Hobsbawm anteriormente.) tiveram como desfecho uma alteração na proposta de integração, a qual passou a ser vista de modo que o enfoque econômico prevaleça em detrimento da educação, principalmente com o avanço tecnológico.

Passou-se de uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo (a economia nacional, a competitividade das empresas, a riqueza social, etc.), a uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho. (GENTILI, 2005, p. 81).

A partir das alterações no mundo do trabalho embasadas no ideário neoliberal, com a globalização econômica, acompanhada de uma reestruturação produtiva, há a necessidade de rever as relações entre sociedade e Estado, que, por sua vez, demandam transformações sociais as quais exigem a construção de outra proposta de intervenção estatal, que nas políticas socioeducacionais abrangiam todas as instituições escolares, públicas e privadas.

Mais do que pensar a integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o desenho das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. A garantia do emprego com direito social [...] desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece. Nesse marco de reestruturação neoliberal produziu-se a citada privatização da função econômica atribuída à escola, uma das dimensões centrais que definem a própria desintegração do direito a educação. (GENTILI, 2005, p. 89).

Gentile (2005) denuncia a fragilidade das políticas educacionais em detrimento das decisões econômicas na era flexível, pois o que era tido como direito passa a ser regido como dever de cada trabalhador, ou apresentado como projetos sociais de instituições privadas. Contudo, outras implicações podem ser apontadas como resultado dessa transição econômica articulada com as transformações educacionais, afetando também “os ideais humanísticos de cultura universal e pensamento crítico, ao mesmo tempo em que se implementam diretrizes, práticas, valores e ideais pragmáticos” (IANNI, 2002, p. 33).

Isto pois ao olharmos para as atuais políticas educacionais é possível perceber o seu caráter ideológico, vinculado com um processo de desenvolvimento econômico e só se possível, proporcionar um desenvolvimento social. Isto devido ao fato de estarmos inseridos numa realidade social que se orienta em linhas gerais pelo projeto da sociedade capitalista, sendo inerente a ela primar primeiramente pelas necessidades de manutenção da estrutura produtiva articulando as estruturas sociais.

A exemplo do contexto mundial, respeitando os momentos históricos, no cenário nacional também ocorreu, num primeiro momento, a participação estatal de maneira mais ampla, o que podemos perceber na relação do científico com o econômico de forma mais estreita no período *desenvolvimentista* no início do governo militar no Brasil. No relato de Gatti:

[...] A partir de meados da década de 60 começaram a ganhar fôlego e destaque os estudos de natureza econômica, com trabalhos sobre a educação como investimento, demanda profissional, formação de recursos humanos, técnicas programadas de ensino, etc. É o período que se instalou o governo militar, redirecionando as perspectivas sociopolíticas do País. Passa-se a privilegiar os enfoques de planejamento de custos, da eficiência e das técnicas e tecnologias no ensino e ensino profissionalizante. A política científica passa a ser definida num contexto de macroplanejamento, direcionando os esforços e financiamentos no conjunto da política desenvolvimentista, não fugindo a pesquisa educacional em sua maior parte desse cenário e interesses. (2002, p.17).

O fator da não-neutralidade do mundo científico com ações estatais pode ser mais bem explicitado ao auxiliar no argumento das alternativas para o combate à crescente pobreza apresentado pelos governos, sugerindo práticas em que predominam tendências clientelistas, de tutela e políticas de lógica meritocrática. As instituições

privadas também investem em programas que estruturam ações na qualificação do capital humano, podendo, assim, este trabalhador engajar-se na estrutura institucional. Portanto, o produto do trabalho será mais qualificado, agregando maior valor num mercado onde, por vezes, o mesmo trabalhador não conseguirá obter acesso ao que ele mesmo produziu.

Para explicar essas contradições é necessário que intelectuais também realizem discussões buscando elucidar como tem sido a construção do ensino, como vem sendo utilizado para servir de suporte a ideais segundo os quais as pessoas são tratadas e tidas como objetos, ‘massa consumidora’. Bárbara Freitag¹⁸ afirma que a educação através da escola é articulada com as questões de ideologias globais, lembrando que,

[...] se a Lei de Reforma do ensino Superior com seus decretos adicionais visava acima de tudo a solução da crise universitária mediante medidas disciplinares de cooptação e controle do estudante brasileiro, a legislação que regulamenta e institucionaliza o Movimento Brasileiro de Alfabetização pode ser considerado uma medida de cooptação e controle do operário. (1986, p.91).

Compreendendo essas ações de cooptação poderá ser possível, também, perceber quem e como está travando a luta em prol da manutenção da dignidade do trabalhador nesta realidade social, utilizando-se do espaço contraditório do mundo real. Também existem profissionais e instituições que primam por fornecer subsídios à população para que possa perceber nas relações entre capital X trabalho X educação os reais interesses da lógica capitalista, para, então, reconstruir nas tramas do tecido social propostas emancipatórias¹⁹.

Assim, de modo geral, a educação se insere num momento no qual

¹⁸ O trabalho de pesquisa que contribui com esta forma de pensar é o de Bárbara Freitag, em 1986, explicitado na obra *Escola, Estado & sociedade*.

¹⁹ É possível avançar, mas deve-se considerar que a superação desses limites só é possível através da categoria contradição, que permite compreender que o capitalismo traz inscrito em si, ao mesmo tempo, a semente de seu desenvolvimento e de sua destruição (KUENZER, 2002, p.91).

[...] o trabalho ainda está ligado à idade industrial, ao capitalismo de ordem imobiliária. Àquele tempo em que o capital expunha garantias notórias: indústrias bem implantadas, lugares bem identificáveis: fábricas, minas, bancos, imóveis arraigados em nossas paisagens, inscritos em cadastros. Pensamos viver ainda na época em que se podia calcular sua superfície, julgar sua construção, avaliar seu custo. As fortunas encontravam-se fechadas em cofres. [...] Patrões com estado civil bem definido; diretores, empregados, operários deslocando-se de um ponto a outro. [...] Ora, esse mundo em que o local de trabalho e o local da economia se fundiam, em que o trabalho de numerosos executantes era indispensável para os que tomavam decisões parece que está escamoteado. [...] Quanto ao modelo inédito que se instala sob o signo da cibernética, da automação, das tecnologias revolucionárias, e que agora exerce o poder, este parece ter-se desviado, isolado em zonas estanques, quase esotéricas. Não está mais em sincronia conosco. E, bem entendido, sem vínculo verdadeiro com o "mundo do trabalho". (FORRESTER, 1997, p. 23 -25).

De posse desse conhecimento teórico, levantamos as questões do tipo: que políticas educacionais são necessárias? Ou melhor, é possível encontrar alternativas emancipatórias numa lógica de exclusão? Mesmo sabendo que uma significativa parcela da população mundial não será mais necessária ao mundo econômico, o que fazer? E o que fazer com aqueles já excluídos, desempregados, jovens, adultos, idosos, deficientes, que não se enquadram nos requisitos empresariais? Uma das respostas talvez possa ser a de lembrar que as relações na realidade social não são estanques ou acabadas, tampouco, acreditar na impossibilidade de resgatar o caráter emancipatório das políticas socioeducacionais, pois quem constrói e põe em prática as políticas são profissionais, seres humanos, trabalhadores como todos os o

Superada a ilusão de que a reestruturação produtiva resultaria de fato na ampliação da demanda de educação básica e profissional para todos, e desnudado o seu caráter crescentemente excludente, resta a indagação: o que dizer aos trabalhadores? Reforçar, pura e simplesmente, a tese oficial de que a escolarização complementada por alguma formação profissional confere "empregabilidade", é, no mínimo, má fé. Por outro lado, afirmar que não adianta lutar por mais e melhorar a educação, é, mais do que matar a esperança, eliminar um espaço importante para a construção de um outro projeto, contra-hegemônico. (KUENZER, 2005, p. 69, grifo do autor).

Diante dessa realidade, a educação pode ser considerada uma das expressões da questão social que as estruturas empresariais ou governamentais não conseguem suprir; é espaço ocupado por instituições privadas de cunho filantrópico na área da educação, como

as associações de pais e amigos dos excepcionais (Apaes), pois, dentre as diversas faces da educação, uma delas tem sido delegada à sociedade civil organizada, a educação especial. Muitas dessas organizações da sociedade civil ainda buscam proteger e manter afastados do convívio social pessoas, trabalhadores, sujeitos com dificuldades educacionais especiais, pois seu caráter assistencialista está latente nas estruturas organizacionais, de modo que o desafio em serem reconhecidas como instituição escolar vai além da prevista em lei, porém a práxis pedagógica tem percalços para atingir os objetivos constitucionais.

Batista (2003) contribui na leitura de realidade brasileira sobre a questão educacional ao afirmar:

No Brasil, a educação profissional para pessoas com deficiência foi oferecida em grande parte pelas organizações da sociedade civil especializadas no atendimento desse grupo de pessoas. Os programas de profissionalização foram assumidos por essas organizações devido à exclusão das pessoas com deficiência dos demais programas desenvolvidos pelas organizações públicas e/ou privadas. O fator agravante é que as organizações especializadas foram criadas não só para substituir o Estado, mas também para substituir a própria sociedade, com o propósito de proteger as pessoas com deficiência de uma sociedade considerada nociva e, por outro lado, atender o desejo da sociedade de se ver livre do incômodo convívio com a deficiência. Desse modo, essas organizações foram criadas para proteger e assegurar as pessoas com deficiência e não com o objetivo de defender seus direitos. Os termos 'associação' e 'sociedade civil' evocam até hoje uma idéia de altruísmo e boa vontade, além da própria questão da *deficiência* que, no senso comum estimula sentimentos de comisseração e práticas protecionistas. (2003, p.58-59, grifo do autor).

Desse modo, a educação especial foi relegada a patamares da vida em sociedade distantes, excluída por serem os sujeitos tachados como incapazes para o atual momento em que se encontra a esfera produtiva. O Estado, utilizando-se de práticas, de discursos, classifica e reclassifica os seres humanos em categorias para as quais irá destinar sua atenção, tanto na concessão de direitos como no planejamento de políticas para atender os excluídos. Por outro lado, essas mesmas políticas podem apresentar oportunidades para que as pessoas com deficiência sejam percebidas como sujeitos, pois bem ou não, é o que se conquistou, e tais direitos e políticas, precisam ser percebidas enquanto oportunidades. Por isso, na atualidade isso vem ocorrendo por meio de políticas sociais que possibilitam e regulamentam o acesso ao mercado de trabalho formal.

2.3 Políticas sociais, educação especial e mercado de trabalho: A tentativa de inclusão numa lógica excludente

Revisitando a história referente à educação especial, vemos que, nos idos do séculos

[...] XVI ao XIX as pessoas com deficiências físicas e mentais continuam isoladas do resto da sociedade, em ambientes segregados [...] sem tratamento especializado nem programas educacionais. No século XX, indivíduos com deficiência passaram a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade, mas sob uma ótica predominantemente assistencialista e caritativa. (ROSSIT; ZULIANI, p.1, 2006).

Araújo, Escobal e Ribeiro afirmam que “a formação para o trabalho e o emprego da pessoa com deficiência vêm sendo amplamente discutidos no âmbito da Educação Especial, a partir do pressuposto de que o trabalho constitui-se em uma via de inclusão social dessa população”. (2006, p. 139). Então, acreditamos que debater na academia a relação entre trabalho e educação especial na contemporaneidade pode significar uma conquista dos trabalhadores, dos movimentos sociais, das instituições que, ao longo dos anos, têm nas mãos a bandeira da igualdade, com respeito às diferenças que cada ser humano possui como sujeito. Contudo, também um longo caminho precisa ser percorrido, pois, se essa é uma das expressões da questão social (discriminação) da vida na sociedade capitalista, também pode significar que esses sujeitos ainda não são reconhecidos como sujeitos, cidadãos; quando muito, os ditos “normais”²⁰ aceitam conviver na mesma sociedade, porém que seja destinado àqueles um lugar específico.

Ao longo do desenvolvimento das sociedades, diversos foram os tratamentos direcionados às pessoas com deficiências, bem como muitas foram as características criadas para definir quem era “normal” ou “anormal”. Para melhor compreender a relação atual entre a educação especial e o trabalho é importante a reflexão tendo como fio condutor a perspectiva de que o trabalho em sociedade possa, de fato e de direito, auxiliar de forma significativa na vida em sociedade de todos seres humanos.

²⁰ ‘Estou usando a palavra *anormais* para designar esses cada vez mais variados e numerosos grupos que a Modernidade vem, incansável e incessantemente, inventando e multiplicando: os sindrômicos, eficientes, monstros e psicopatas (em todas as suas variadas tipologias), os surdos, os cegos os aleijados, os rebeldes, os pouco inteligentes, os estranhos, os GLS, os outros, os miseráveis, o refugio enfim’. (VEIGA NETO, 2001, p. 105, grifo do autor).

Problematizar a situação da vida em sociedade do cidadão com deficiência a partir do trabalho significa, ainda, acreditar ser possível que, por meio da atividade laboral, este grupo social possa encontrar mais argumentos no sentido de contribuir para a conquista do direito ao respeito às diferenças.

O trabalho é, portanto, crucial para garantir a cidadania e o sentimento de pertencimento de qualquer pessoa. Para a pessoa com necessidades especiais esse sentimento não se dá apenas por se associar em organizações civis, por conviver com seus pares. Ele vai ser muito mais eficaz pela via do trabalho e da produção e através do trabalho pode haver a construção de uma identidade social, de reconhecimento de sua capacidade. (ABRANCHES, 2000, p. 15).

A luta pelo reconhecimento desta categoria social como cidadãos vem conquistando cada vez mais espaço na realidade social. Por isso, as reflexões teóricas apontam que a inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais vai além do ingresso no mundo escolar, seja de ensino regular ou especial, para que elas também possam ter condições de acesso ao trabalho como todo cidadão. Nesse sentido, Abranches manifesta-se afirmando:

O trabalho abre as portas para o reconhecimento da capacidade e da cidadania; de alguém realmente se sentir parte da sociedade como sujeito produtivo. Desta maneira podemos dizer que não há inclusão sem trabalho. Somente a inclusão social ou na escola não poderão garantir o sentimento de pertencer, se não houver inclusão no trabalho. (2000, p. 16).

Para continuar essa reflexão é necessário também tecer algumas considerações acerca da educação especial, pois foi a partir dela que a discussão sobre o tema proposto ganhou fôlego de forma qualificada e propositiva no mundo do trabalho. Como visto anteriormente, a educação tem um importante papel a cumprir na sociedade, o que não é diferente com a educação especial. Assim, com brevidade, explicitamos como essa especificidade da educação foi construída principalmente no Brasil.

A educação especial, no Brasil, tem sua história marcada pelo assistencialismo, pois ainda no Brasil Colônia “criou-se na corte o ensino para cegos (1854) e surdos-mudos (1856). Este incluía a instrução elementar e a iniciação técnica e só continuaram pela boa vontade de diretores e professores”. (RIBEIRO, 2003, p. 61)”. Essas escolas tinham caráter

público. Quase um século após, surgiriam as primeiras escolas privadas assistenciais, “como o Instituto Pestalozzi no Rio de Grande do Sul, criado em 1926. Em 1954 é fundada, no estado do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-Apae” (KASSAR, 1998, p. 17).

Tendo em vista o crescimento das organizações populares em decorrência do momento histórico conflitante em que o país estava envolvido²¹, em 1961 teve-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases para o atendimento ao portador de deficiência e pode-se

[...] apontar como um fator que colaborou para a atenção dispensada à Educação Especial na LDB de 1961 o ingresso de parte da população economicamente menos favorecida à escolarização, decorrente do aumento crescente das escolas públicas em relação ao número de habitantes. A partir desse momento, evidencia-se a preocupação dos poderes públicos com os “problemas de aprendizagem” e, com a Educação Especial propriamente. (KASSAR, 2004, p.28)

Na lei nº 4.024/61 da LDB está explicitado o direito das pessoas com deficiências à educação, indicando

[...] em seu Artigo 88 que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. Pode-se inferir que o princípio básico implícito é o de que a educação dos excepcionais deve ocorrer com a utilização dos mesmos serviços educacionais organizados para a população em geral, podendo se realizar através de serviços educacionais especiais. (MAZZOTA, 2001, p.68).

É possível perceber que a educação especial ainda é tratada de forma dúbia, quer dizer, será proporcionado atendimento, mas dentro das possibilidades, *dentro do possível*,

²¹ “No período de 1961 a 1964, a nação brasileira percebeu-se cada vez mais envolvida numa crise global – de difícil superação. O país havia chegado a uma encruzilhada histórica. Afloravam as contradições. [...] ao assumir a Presidência da República, em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros anunciou um plano ortodoxo de estabilização: corte nos gastos públicos; contenção da expansão monetária; redução drástica dos subsídios para a importação de trigo e petróleo; e forte desvalorização cambial, para estimular as exportações. Objetivo: reordenar a economia e preparar o país para uma nova etapa de crescimento. [...] O número de trabalhadores na indústria aumenta de 450 mil em 1930 para 2,1 milhões em 1960. A par do aumento do número, ocorreu também a concentração dos operários nos grandes centros urbanos e nas grandes unidades de produção. [...] No plano econômico, a política do governo Goulart contemplava as seguintes diretrizes principais: imposição de limites à atuação do capital estrangeiro; ampliação e fortalecimento da presença do Estado na economia; descentralização de crescimento econômico; fortalecimento do mercado interno; estímulo à pequena e média empresa nacional; alocação de uma parcela maior de recursos públicos para a área social – educação, saúde, habitação e transporte coletivo; melhoria salarial e maior equidade na distribuição de renda”. (BRUM, 1997, p. 257-260-262-266-281, grifo do autor).

em rede regular de ensino. Não havendo o enquadramento da pessoa com deficiência, o atendimento será realizado fora da rede regular de ensino. No artigo 89 dessa mesma lei há o compromisso explícito dos poderes públicos de dispensarem o “tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções” a toda iniciativa privada, relativa à educação de pessoas com deficiências, considerada eficiente pelos Conselhos Estaduais de Educação. (MAZZOTA, 2001, p.68). Quanto a esse aspecto, Kassar aponta para uma desresponsabilização do Estado com a educação especial, pois não há o comprometimento desse em “assumir a educação da população de crianças com deficiências mais severas. Pois não há em qualquer documento indicação de criação de serviços especializados na rede regular de ensino para atender a Educação Especial”. (2004, p.28-29.).

No ano de 1970, “foi fundada, no Rio de Janeiro, a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (Fenasp), com objetivo de promover a expansão das instituições dando apoio técnico e se preocupando com uma política de educação justa”. (ROSSIT; ZULIANI, 2006, p. 2). Nesse período, os profissionais que trabalhavam com essa população “eram vistos com beneméritos, e os voluntários e dirigentes, exaltados pelo seu espírito humanitário”. (ROSSIT; ZULIANI, 2006, p. 2).

Posteriormente, na Constituição Federal de 1988 podemos observar alguns avanços, com a descentralização das esferas estatais, a criação dos conselhos municipais, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Quanto à educação especial, já existe o dever do Estado de garantir atendimento especializado na rede regular de ensino; logo, é necessário perceber nas contradições da realidade social alternativas de se efetivarem os avanços para os direitos sociais, seja por meio de instituições públicas, seja de privadas.

É possível perceber, com base numa análise das diferentes LDBs e constituições, uma melhor inserção das pessoas com deficiência na sociedade, muitas vezes com práticas de ingresso nas escolas de ensino regular normal ou através do trabalho, estimulado por oficinas profissionalizantes em escolas especiais.

A leitura histórica continua a denunciar a criação de leis que vêm atendendo aos anseios do mercado produtivo, pois, a exemplo das outras políticas educacionais, objetiva-se o controle social ao invés da inclusão social. Entretanto, o Estado passa a incentivar a iniciativa privada e a sociedade civil organizada a tomar a frente das questões sociais, entre as quais a educação especial. Desses incentivos norteados pelas leis, deriva o atendimento dos PPDs nas escolas públicas e privadas. Segundo o

[...] censo de 1981 do IBGE, quando 17,1 % de alunos que freqüentam as instituições especializadas encontravam-se sob administração do Estado, ... contra 82,9% sob administração particular. Em 1988, novos dados fornecidos pelas Estatísticas do Ministério da Educação mostram uma alteração nas percentagens, ... 21,78% de alunos pela administração do Estado, e 78, 21 pela administração particular. (KASSAR, 1998, p. 21).

Portanto, assistimos, ao longo da história, às transformações das diretrizes políticas para a educação especial, observando que em determinado momento o Estado não investiu, tendo em vista que o controle poderia ocorrer através das organizações sociais. Após, ocorreu uma intervenção maior, com o objetivo de proporcionar atenção nas esferas pública e privada. Com o advento da proposta neoliberal de um Estado mínimo, houve o afastamento das iniciativas públicas, relegando-se à iniciativa privada assistencial os maiores investimentos. Nessa lógica de trabalho, nas instituições, de forma geral, busca-se potencializar as habilidades do indivíduo, treinando-o para o ingresso na sociedade mercantil. Isso ocorre em virtude da estruturação dessas políticas com bases positivistas, as quais não valorizam a subjetividade, mas primam pela capacidade do indivíduo de superar suas dificuldades, ou seja, a solução está no indivíduo. Num discurso mais recente, com “difusão e solidificação do pensamento neoliberal que proclama a liberdade dos serviços, em nome de uma maior eficiência e qualidade. A proclamação do direito a liberdade é sustentada pela crença no movimento natural da sociedade, onde, como na natureza, triunfam os mais capazes a partir do desenvolvimento de suas potencialidades naturais”. (KASSAR, 1998, p. 23).

Esse pensamento explicita a práxis contemporânea das instituições, que, através da elaboração de políticas, programas ou projetos sociais, visam à inclusão dos PPDs na sociedade de maneira a valorizar suas habilidades e não respeitar as diferenças. Essas ações evidenciam-se quando são criadas oficinas de trabalho ou de treinamento para os deficientes pensando-se apenas em oferecer um profissional para o mercado. O perfil do trabalhador ideal, traçado com base num método científico, define onde este ou aquele aluno se enquadraria melhor e, por conseqüência, teria uma maior produtividade. Schettert infere, a partir de Januzzi (2004), o atrelamento da educação especial à lógica mercantilista, visto que,

[...] ao apresentar a vertente “Economia da Educação”, aborda a questão da educação atrelada ao desenvolvimento econômico do país, ressaltando como se desenvolveu o compromisso da educação do excepcional em relação ao trabalho durante o Império e a primeira República, contudo, até a década de 1970, a educação do deficiente não é percebida como fator indispensável ao desenvolvimento econômico. A partir dessa década (1970), a visão de trabalho para o deficiente passa por transformações, sob a influência do taylorismo, que previa uma organização parcelada do trabalho, sendo, então, os deficientes treinados para executarem tarefas repetitivas (2005, p. 94).

Feitas essas considerações, é possível, conduzir o estudo nesta dissertação abordando o trabalho para as pessoas com deficiência, como já foi apresentado anteriormente, analisando como está sendo compreendida a categoria trabalho para ser humano. Assim, podemos clarear a discussão sobre as políticas sociais e educacionais no mundo do trabalho e apontar como a educação especial foi percebida na sociedade capitalista.

Temos, então, que, no Brasil, apenas no final do século XX as políticas para o trabalhador com deficiência tiveram espaço na sociedade produtiva, como salienta Gilberta Januzzi:

Foi principalmente na década de 70, quando o discurso da educação em geral impregnou-se de economia da educação, que a defesa da profissionalização penetrou realmente na Educação Especial. Vamos tê-la presente através da colaboração de James Gallagher, [...] um dos assessores do Grupo de Trabalho encarregado de viabilizar o Projeto 35, do qual se originou o CENESP. Ele defendeu a educação do deficiente em função de sua rentabilidade, pois que, “um adulto retardado e educado poderia ganhar US\$ 40 para cada dólar extra dispendido em sua educação”. Isto por que liberava para o mercado as pessoas da família que estavam só cuidando dele (excepcional). (1992, p.54).

O aspecto retrata com clareza o lugar destinado ao deficiente na sociedade capitalista, contudo faz um contraponto ao que a sociedade pensa sobre o trabalho para o deficiente, Amaral em seu texto “mercado de trabalho e deficiência” aponta:

[...] talvez seja o ponto principal, o resgate do papel do trabalho: seu potencial de elemento significativo, seja na auto-realização, seja na configuração da auto-estima, seja na independência econômica, na autonomia, no prazer presente no processo e no produto, na sensação de aceitação e “pertencimento” ... Quanto a esta última, vale assinalar que muito da satisfação de qualquer empregado com seu trabalho consiste, exatamente, em fazê-lo “com” e “em torno” de pessoas compatíveis (1994, p. 131-132).

Com isso estaria sendo proporcionado aos trabalhadores em geral um resgate ao trabalho como meio para participação da vida em sociedade de forma ampla, não apenas enquanto participação na esfera produtiva.

Sobre essa “participação da vida em sociedade”, a história do movimento da educação especial evidencia a constante luta em prol dos direitos sociais dos PPDs, seja com relação de acesso ao mercado de trabalho, acessibilidade/locomoção em locais públicos, sejam no processo de educação em espaços escolares, entre outros. Ao longo do tempo, as pessoas em entidades que defendem, pensam, representam esta categoria social buscaram traduzir em palavras e conceitos as diversas ações ou movimentos necessários para a garantia dos direitos aos PPDs, eis que, entremeio a essa discussão, torna-se relevante decifrar algumas definições de categorias, como a diferenciação entre integração e inclusão social. Para isso Romeu Sassaki nos auxilia definindo e historicizando a proposta de integração social.

A idéia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas deficientes por vários séculos. [...] adentrando a década de 80 e avançando um pouco mais na tentativa de integração, por exemplo na área da educação especial, desenvolveu-se o princípio de *mainstreaming*, [...] significa levar os alunos o mais possível para os serviços educacionais disponíveis na corrente principal da comunidade. [...] A integração social, afinal de contas, tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. [...] hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados. [...] Hoje entendemos que a tão almejada, e tão defendida prática da integração social ocorrida e ainda ocorre de três formas: Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ao conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, [...] inserção daqueles portadores de deficiência que necessitavam ou necessitam alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim, [...] inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais (2003, p. 30-32-34-35, grifo do autor).

Do mesmo modo, o renomado consultor estudioso da área também contribui na conceituação do chamado “processo de inclusão social”, entendendo -o

[...] como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. [...] A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana. [...] A inclusão social, é portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 2003, p. 41-42).

Essas problematizações acerca do direito ao trabalho e políticas sociais encontram amparo legal nos idos de 1975, quando a “ONU aprova a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência” (PASTORE, 2000, p. 34). Mais tarde, “em junho de 1994, na Declaração de Salamanca (Espanha), a ONU, [...] firmou um compromisso, em parceria com os países-membros, de estruturar e executar serviços de educação, formação e reabilitação dos portadores de deficiência em todo o mundo” (p. 36).

Entretanto, nos tempos atuais, pensar em direitos sociais e políticas sociais apenas para as pessoas com deficiência demonstra a carga contraditória e sectarista do pensamento integracionista. Portanto, se olharmos para a população que forma a sociedade atual enquanto capazes, podemos dividi-la da seguinte forma:

[...] se consideram todas as pessoas que possuem algum tipo de doença crônica ou restrição ou restrição que impõe limitação ao pleno funcionamento do seu corpo ou da sua mente, 50% da população (ou mais) são portadores de deficiência em qualquer país do mundo. [...] se consideram apenas aquelas que têm restrições que impõem limitação ao exercício de uma função central em sua vida como, por exemplo, os afazeres domésticos, a frequência à escola ou o exercício de sua profissão, aquela proporção diminui para 15 %. Quando se levam em conta só as pessoas que têm limitações para o trabalho, o percentual se reduz para 10 %. Quando se focalizam as que estão em idade de trabalhar, a proporção cai para 6% ou 7%. E quando se consideram apenas os casos de limitações mais severas, a proporção desce para 2%. (PASTORE, 2000, p. 37).

A Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, em seu artigo XXIII, orienta que “todo homem tem direito ao trabalho, a livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e a proteção contra o desemprego”. Consta, ainda, que “todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho”. (BRASIL, 2006).

No Brasil, foi a partir da Constituição de 1988 que apareceram na legislação artigos que atendem a alguns anseios dos trabalhadores com necessidades educacionais especiais de forma mais geral. No artigo 3º consta: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Podem ser citados também outros artigos que relacionam direitos aos PPPDs, como o “artigo 7º que proíbe qualquer tipo de discriminação, e os artigos 23; 24; 37; 203; 208 e 227. (BRASIL, 1988)”.

Na legislação brasileira, a lei que, nessa lógica cronológica, melhor detalha os direitos é a lei 7.853, de 1989, em seu artigo 2º: “ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar as Pessoas Portadoras de Deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico”. (BRASIL, 2006).

Posteriormente, foi criada uma lei que prevê o acesso a trabalho em instituições públicas por PPDs, a lei n. 8.112 de 1990. Em seu artigo 5º, parágrafo 2º, estipula que “às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso”. (BRASIL, 1990).

Seguindo o caminho das reservas de vagas, foram previstas cotas também para as instituições privadas, regulamentadas pela lei 8.213, de 24 de julho de 1991, em seu artigo 93º, que obriga a empresa com cem ou mais empregados a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas. Consta no 1º: “A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante”.

Ainda na década de 90, uma década após sua promulgação, a lei de 1989 foi reformulada por um decreto que trata de maneira minuciosa o trabalho dos PPDs, conceituando, o aspecto da deficiência subdivida em física, auditiva, visual, mental e múltipla (MELO 2004). Trata-se do decreto do Poder Executivo n. 3.298 de 1999, que “ainda define uma série de responsabilidades dos órgãos públicos nos campos da educação,

saúde, cultura, lazer, turismo, ajudas técnicas, habilitação e reabilitação profissionais” (PASTORE, 2000, p. 55).

Entretanto, em 2005 foi revista a lei 3.298/99, a qual recebeu nova redação no que tange às definições anteriormente citadas, que foram mais minuciosamente definidas. Então, de acordo com o decreto n. 5.296 de 2005:

Art. 70. O art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º

I- deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II- deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ;

III- deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

d) utilização dos recursos da comunidade; "(NR)

O arrojado de leis acima referidas torna-se suporte para a elaboração das políticas sociais e, com base nisso, cabe tê-las como direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais. No entanto, verifica-se que os órgãos competentes, bem como a sociedade de um modo geral, talvez por preconceito, por desconhecer as capacidades destas pessoas, ou por nossa sociedade ter ainda grande influência de um projeto de sociedade conservadora, demonstram a sua desresponsabilização e não-envolvimento, além de descumprirem a legislação vigente, negando àqueles seus direitos de cidadãos.

Postas algumas das possibilidades legais de acesso ao mercado de trabalho pelas pessoas portadoras de deficiência, cabe refletir sobre as alternativas e aplicá-las no atual contexto social, afirmando seu caráter de conquista, mesmo que, a exemplo de outras propostas educacionais pelo viés institucional escolar, pareçam ainda despreparadas, com poucos subsídios para conseguir encontrar nas tramas sociais o espaço da contradição como refere Lancillotti:

[...] a educação de jovens e adultos com deficiência, como a de todos aqueles que compõem a 'classe-que-vive-do-trabalho', tem sido pensada a partir da lógica do mercado. O ideário neoliberal postula que é preciso qualificar e desenvolver competências para dar acesso ao mercado. (...) Formar pessoas, a partir dessa lógica não vai assegurar empregos e, o que é mais grave, acaba por esvaziar os processos de ensino. A escola acaba deixando de cumprir o que, em princípio, seria uma das suas mais importantes funções: dar acesso ao saber humano sistematizado. (2003, p.84)

Entretanto, não podemos negar que há no espaço a importante possibilidade de disseminar a idéia dos direitos, pois, na qualidade de instituições de ensino, sejam elas voltadas ao atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais ou não, e sendo conhecedores das capacidades e habilidades dos seus usuários, compete também a elas promover a efetivação do direito. Para isso, as estratégias de esclarecimento e a conscientização das instâncias sociais, quanto aos seus deveres e responsabilidades, devem estar na pauta de trabalho das escolas. Batista (2003, p. 74) contribui afirmando que

[...] as próprias organizações da sociedade civil precisam assumir um lugar de fato na sociedade em geral e não ficar na posição de resto e de dependência das demais organizações: públicas e/ou privadas. O momento exige uma inclusão social das próprias organizações da sociedade civil. Essa inclusão pode ser alcançada efetivando-se parcerias e buscando utilizar as tendências do mercado e as práticas sociais das empresas, sem manter posturas e atitudes assistencialistas. As vantagens da inclusão para as empresas devem ser consideradas e a contratação de pessoas com deficiência devem ser vista como um fator positivo que agrega valor nas relações e não como uma ação de favor e altruísmo das empresas.

Para que isso seja possível, os profissionais e as instituições precisam perceber e utilizar as possibilidades legais de inclusão, entendendo que a educação profissional pode ser

[...] decisiva para a viabilizar a inclusão de seus alunos, não só por prepara trabalhadores melhor qualificados, mas por ser responsável por preparar cidadãos. Não é o fato de estar qualificado e nem tampouco o de haver vagas no mercado ou mesmo leis estabelecendo cotas para os portadores de deficiência que garantirá a sua inclusão (ABRANCHES, 2000, p. 28).

Diante do exposto, está claro que as transformações sociais ocorreram num contexto real, no qual atualmente a lógica da exploração humana para obtenção do lucro ainda

prevalece. Contudo, o fato de os profissionais e instituições buscarem conhecimento sobre como a exploração acontece, compreendendo seus objetivos, tornará possível construir uma contraproposta, ocupando os espaços existentes ou criando novos. Mas a questão é: que alternativas precisam ser encontradas nesta mesma realidade social? Portanto, torna-se importante a compreensão pelas instituições públicas ou privadas, bem como dos profissionais que têm como objeto de trabalho essas questões (trabalho e educação), de que construir uma cultura de inclusão numa sociedade excludente é um desafio para gerações, visto que as transformações se darão em espaços micro, com pequenas *revoluções*, mas significativas enquanto exemplo para manter a crença nos ideais de que é possível romper com as desigualdades sociais.

3 PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

Para a compreensão do modo como se efetiva a inserção de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho, analisaremos as verbalizações das entrevistas e as respostas dadas aos questionários endereçados aos representantes das empresas selecionadas. Entretanto, como o contato do pesquisador com as empresas aconteceu em diversos momentos e também com outras pessoas, no caso outros trabalhadores das empresas (auxiliares de setor, diretoria), e com os estudantes/trabalhadores, as verbalizações desses sujeitos ao longo do processo de investigação também contribuirão para a discussão.

Lembramos que os entrevistados trabalham e são responsáveis pela contratação dos colaboradores nas empresas. Ambas as empresas em estudo têm mais de cem empregados, o que as “enquadra” na lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, artigo 93.

É importante informar que em diversos momentos os entrevistados referem-se aos estudantes da escola especial como “meninos”, “garotos”, pois, atualmente, estão com 18 e 19 anos, sendo os mais novos cronologicamente nos setores de trabalho. Isso nos leva a acreditar que existe uma tendência a infantilizar determinadas categorias sociais, colocando as pessoas num lugar de desvalia, de improdutividade no social e, desse modo, sugerindo uma forma de preconceito velado. Ainda é possível perceber a existência de um discurso contraditório nas falas dos empregadores, das chefias, visto que num determinado momento a pessoa é considerada como um trabalhador adulto, produzindo, buscando dar conta das demandas da empresa, porém, em outros, aparece no discurso dos colegas algo infantilizador, carregando uma conotação de dependência de proteção.

3.1 As pessoas portadoras de deficiência na empresa e a forma de contratação

Sobre a forma de contratação, constatamos que na empresa E1 existem sete pessoas portadoras de deficiência, sendo três com deficiência física, três com deficiência auditiva e uma com deficiência mental. Atualmente a empresa emprega um trabalhador a mais do que a lei exige. A contratação de um estudante da Apae, o sétimo contratado, com deficiência mental ocorreu após contato entre a empresa e a escola. Sobre esse aspecto F1 respondeu: ‘Resolvi apostar nesta contratação como uma experiência. Estou tentando modificar, inclusive na ampliação do número de mulheres no quadro de colaboradores’. Aqui podemos observar também que a exclusão social é algo que atinge uma série de categorias sociais e que o mercado se utiliza a mão-de-obra de acordo com a necessidade, Melo lembra que,

[...] historicamente, [...] as diferenças entre os indivíduos têm sido utilizadas como fator de limitação e até de supressão do direito ao trabalho. Homens, mulheres, negros, estrangeiros sofreram e têm sofrido discriminação em função de suas características peculiares. Os grupos minoritários sempre sofreram mais agudamente com as restrições impostas por um “grupo dominante” quanto ao exercício do direito ao trabalho (condições de trabalho, diferenças salariais etc...) (2004, p. 22, grifo do autor).

Sobre as vagas disponíveis nas empresas, no momento da entrevista estavam preenchidas da seguinte forma: na E2, há seis PPDs, dois com deficiência visual, dois com deficiência física e dois com deficiência mental; também dois com deficiência mental são estudantes da Apae, tendo sido contratados por intermédio dos profissionais (psicóloga e assistente social) da escola.

De acordo com a pesquisa do Senai de 2001²² sobre portadores de deficiência no mercado de trabalho fluminense, a deficiência menos encontrada nas empresas é a deficiência mental.

²² SENAI - Informe Temático – Portadores de Necessidades Especiais.

Pesquisa – Portadores de deficiência no mercado de trabalho fluminense. Agosto de 2001 – DEC/GEA Foram entrevistadas quinhentas empresas dos diversos segmentos dos setores primário, secundário e terciário. ‘Como parte integrante do Projeto Portadores de Necessidades Especiais. Que tem por objetivo promover o acesso e a inclusão das pessoas portadoras de deficiência física, mental e sensorial aos programas de educação oferecidos pelo SESI/SENAI, a Gerência de Estudos e Avaliação coordenou um estudo quantitativo sobre a inserção dessa clientela no mercado de trabalho do RJ’.

‘O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência?’ (TANAKA ; MANZINI. 2005)

Evidencia-se, então, que o número de contratados com deficiência mental é inferior, em comparação às outras deficiências. Isso talvez ocorra pelo pouco conhecimento dos empregadores quanto às suas potencialidades, ou pela busca de profissionais com o ensino médio concluído, o que, de certo modo, as pessoas com esta deficiência, geralmente não apresentam nos moldes tradicionais.

3.2 Os processos de trabalho das pessoas portadoras de deficiência nas empresas

Quanto à organização e processos de trabalho, foi constatado que, com relação ao regime de emprego, as duas empresas empregam com carteira de trabalho assinada.

Referentemente aos investimentos em treinamentos específicos para o portador de deficiência, em nenhum caso até a data da entrevista foi citada pelos entrevistados a existência de treinamentos específicos. Contudo, na E2 têm ocorrido algumas oficinas a partir de observações da psicóloga quanto à necessidade de trabalhar a construção de espaços inclusivos, partindo dos setores em que existem deficientes trabalhando (lavanderia, cozinha e serviços gerais). A psicóloga que trabalha na empresa também atua na escola de educação especial, logo, é uma profissional que possui maior conhecimento e compreensão das questões de inclusão social.

Em outubro de 2006, após visitas e diálogos com os trabalhadores da E2, os trabalhos intensificaram-se, resultando numa iniciativa de colegas dos PPDs de conhecerem a Apae. Os espaços foram criados em razão da iniciativa do Serviço de Psicologia da E2.

Com essa constatação e pelo exposto no capítulo 1, podemos inferir que os trabalhos realizados pelos setores de recursos humanos priorizam atividades e treinamentos aos trabalhadores, enfocando a melhor forma destes realizarem as tarefas, objetivando a ampliação da sua produtividade, bem como encontrar alternativas para que se encaixem nos perfis exigidos pelas empresas, porém não oportunizam a qualificação das relações humanas. O que existe de maneira muito específica é o acompanhamento pontual por alguns profissionais (por vezes na área da psicologia), os quais buscam qualificar o processo de inclusão social. Portanto, existe um desafio a ser trabalhado, pois se trata da responsabilidade das empresas de investirem na qualificação profissional de maneira a contemplar as relações sociais. Dessa forma se poderá possibilitar a construção de uma

importante referência nas empresas para que as instituições escolares se aproximem e discutam as possibilidades de acesso ao trabalho para os deficientes:

Ao mesmo tempo que as empresas se abrem para as questões de inclusão, os profissionais que trabalham com o acesso a direitos sociais precisam estar atentos às possibilidades desses espaços institucionais, de modo que os trabalhadores incluídos possam expressar suas vontades, dificuldades, possam gostar de trabalhar e façam o que mais gostam de fazer, na cozinha, na padaria, nas oficinas na escola. Entretanto, alertam Araújo, Escobal e Ribeiro

Além de garantir que a pessoa com deficiência mental tenha oportunidade de expressar suas preferências e realizar escolhas, é necessário assegurar que ela tenha preparação adequada para o trabalho, desde o início da sua escolaridade. Os serviços de formação das pessoas com deficiência mental devem ter por objetivo seu ingresso em escolas especiais. Para tanto, deve ser considerada uma base importante para essa formação, envolvendo o ensino de habilidades básicas funcionais na comunidade na qual estão inseridas e, posteriormente, o trabalho. (2006, p. 147).

Os autores citados ainda indicam a importância da definição de metas para a formação para o trabalho das pessoas com deficiência, sendo “*metas principais*: preparar para o trabalho e para viver de forma independente [...] *metas intermediárias*: ensinar habilidades de independência pessoal, de trabalho e habilidades sociais” (ARAÚJO; ESCOBAL; RIBEIRO, 2006, p. 147). A atitude dos profissionais das instituições empregadoras em contribuir para a profissionalização dos trabalhadores nos locais de trabalho apresenta-se como importante estratégia para o processo de inclusão social das pessoas com deficiência.

Os apontamentos sugeridos precisam ser viabilizados, e uma das formas de pôr tais idéias em prática é o investimento das instituições, dos profissionais que trabalham com a questão da educação especial em utilizar argumentos que demonstrem a viabilidade do investimento nesta parcela da população. Contudo, é também necessária a intervenção do Estado por meio da elaboração de leis e garantindo direitos, o que, na questão do acesso ao trabalho dos deficientes, acaba por contribuir no processo de inclusão social. Fonseca contribui afirmando que o

[...] direito à profissionalização assume, aqui, papel imprescindível de socialização do portador de deficiência, eis que suas limitações para o trabalho se constituem em barreiras tão somente instrumentais, mesmo que seja ele portador de deficiência física, mental ou sensorial. Todas elas são superáveis,

desde que se rompam os preconceitos atávicos, herdados, talvez, das concepções antigas dos povos primitivos, de que o portador de deficiência é um ‘pecador punido por Deus’ que deve ser segregado. (2006, p. 24).

Diante disso, fica evidente a necessidade de pôr em prática ações que contribuam para a garantia de direitos dos cidadãos, e essa possibilidade, no momento, tem sido a legislação, que, muito embora possa ser ‘insignificante, absorvível’, é o espaço da contradição possível de ser utilizado, porém precisa ser identificado e aproveitado, problematizado, ao menos com os maiores interessados, os trabalhadores.

3.2.1 Alterações no ambiente de trabalho

Sobre os investimentos das empresas em melhorias para receber os deficientes, constatamos que em nenhuma delas ocorreram alterações ou adaptações do espaço físico ou do mobiliário para o ingresso e ocupação de cargos pelos PPDs. Observamos apenas a procura pela mão-de-obra que se “encaixe” nos processos de trabalho, de acordo com as possibilidades das pessoas com deficiência. Nesse sentido, F1 declarou que “os deficientes auditivos foram readequados, Hoje trabalham num setor onde conseguem desempenhar as atividades muito bem, pois precisam se limitar ao campo visual para trabalharem”.

A pesquisa do Senai de 2001, com base nas respostas de 251 empresas, relatou que cerca de 80% destas não realizaram alterações físicas ou ergonômica para receber os PPDs. Manzini e Tanaka (2005) identificaram situação similar, afirmando que “o processo de ingresso não é tão simples [...] existem alguns critérios para a admissão de funcionários [...] cumprimento de requisitos mínimos para ocupar uma função até o enquadramento na estrutura física e funcional da empresa [...] na realidade não parece haver adequação do posto de trabalho para o empregado deficiente” (p. 283).

Essas respostas revelam a herança do pensamento positivista, segundo o qual o problema está no indivíduo, que, por isso, deve se adaptar às estruturas. Desse modo, a inclusão ocorre conforme as possibilidades de cada pessoa de se encaixar no perfil já posto; por sua vez, as instituições não precisam realizar investimentos em alterações dos espaços físicos ou aquisição de equipamentos. Mais uma vez, pois, revela-se a pouca percepção dos entrevistados sobre a qualificação dos locais de trabalho, visto que alterações nas estruturas

físicas, em mobiliários é algo que poderia beneficiar a todos os trabalhadores, com benefícios à sua saúde no geral, não apenas para uma ou outra pessoa ou categoria. Neves e Rossit (2006) lembram dos avanços tecnológicos que tivemos no século XX e indicam a necessidade em serem utilizados no século XXI na garantia de direitos das pessoas.

O século XX demonstrou que, com inventividade e engenhosidade, é possível estender o acesso a todos os recursos da comunidade, ambientes físicos, sociais e culturais, transporte, informação, tecnologia, meios de comunicação, educação, justiça, serviço público, emprego, esporte e recreação, votação e oração. No século XXI, é preciso estender esse acesso que é ‘privilégio’ de alguns para muitos, e eliminar as barreiras ambientais, eletrônicas e atitudinais que se antepõem à plena inclusão das pessoas com deficiência na vida comunitária. (p. 39, grifo do autor).

Os entrevistados informaram que os setores da E1 onde atualmente os PPDs estão trabalhando são os de produção e controle de qualidade. Na E2, as vagas oferecidas estão na enfermagem, nutrição, processamento de roupas. Por meio das visitas aos setores, foi possível observar que os trabalhadores não utilizam a leitura ou escrita nas atividades que realizam, recebendo todas as orientações apenas de forma verbal.

Questionados sobre as atribuições dos PPDs, foi relatado que em ambas as empresas os PPDs interagem com diversas pessoas e em diversos setores. Na E1, a ênfase é na linha produção; na E2, os trabalhadores têm suas atividades estipuladas em tarefas (limpeza do pátio, corte de grama, organização de horta), ao menos os com deficiência mental. De acordo com a pesquisa do Senai (2001), “os deficientes mentais [...] destacam-se na execução de funções de jardinagem, limpeza, conservação e mensageiros”.

As respostas dadas pelos entrevistados explicitam novamente o pouco conhecimento que possuem sobre as possibilidades das pessoas com deficiência mental, bem como a necessidade de investir noutras formas para profissionalizar.

3.3 Sobre as relações de trabalho das pessoas portadoras de deficiência

Com a solicitação aos empregadores de falarem sobre as relações no trabalho, observamos que, quanto à questão de relacionamentos, expressaram que na E1 é “muito bom”, segundo F1, tanto entre colegas quanto com chefias; na E2, “é bom, às vezes é sofrível,” como aponta F2, tanto com colegas quanto com chefias: “Os colegas precisam ser

orientados, preparados para interagir com os PPDs, é necessário esclarecer sobre as limitações”, “dependendo da chefia, fica sofrível. N esta instituição tem as duas situações”.

Na E2 os trabalhadores com deficiência mental trabalham basicamente sob a coordenação de duas pessoas. No setor de nutrição com atividades na cozinha a nutricionista os coordena, a qual refere não ter problemas com os “garotos”. Nas atividades externas, a coordenação dos trabalhos fica por conta de uma religiosa, sobre o que lembra a entrevistada F2: “A irmã tem dificuldades em entender o porquê de estar sempre mandando”.

De modo geral, com base nas respostas de F1 e F2, podemos perceber que em ambas as empresas os trabalhadores com deficiência mental demonstram boa interação com os colegas de trabalho. As diversas visitas às empresas possibilitaram-nos observar que os diálogos dos colaboradores colegas dos PPDs fazem referência ao respeito por eles, bem como é visível na E2 o interesse por parte das funcionárias da cozinha em ensinar-lhes as tarefas e, em contrapartida, dos trabalhadores em apreender.

Segundo informações da nutricionista (E2), “desde que começamos a trabalhar com os meninos, o ambiente de trabalho tem melhorado muito”. Isso talvez se deva ao fato de a maioria dos colaboradores do serviço de nutrição também precisar de um olhar para as suas relações interpessoais no ambiente de trabalho, o que foi lhes possibilitado com as oficinas realizadas pelo Serviço de Psicologia da E2 ao longo dos últimos 12 meses.

No que tange às questões sobre as qualidades do trabalhador PPD, F1 salienta a “concentração no trabalho, eles mantêm o foco”. Por sua vez, F2 refere que “são educados, calmos, obedientes, carinhosos, têm foco, esforçados, iniciam e terminam”. Essas indicações demonstram que os trabalhadores estão atendendo às demandas das empresas.

Observamos que na E1 o trabalho é mais intenso em virtude da linha de produção e da jornada, que é maior; após os três meses de experiência o estudante foi efetivado. Atualmente, conforme verbalização do estudante, “estamos trabalhando mais, estou fazendo muitas horas porque a produção aumentou e também já estou substituindo colegas em outros setores” (R).

Na E2 as atividades a serem desenvolvidas são mais variadas, pois os trabalhadores com deficiência mental atuam como auxiliares gerais; às vezes trabalham em outras unidades. FR atende principalmente os serviços de jardinagem, de limpeza, corte de lenha, entre outras. Ele contou: “Outro dia aprendi a tirar mel das abelhas”. Já GR, o outro trabalhador da E2, assume serviços relacionados à cozinha, de nutrição (planta e colheita de verduras, legumes, frutas, limpeza, em breve irá aprender a fazer pão).

Também em razão desses processos de trabalho estarem sendo desenvolvidos por deficientes mentais, é possível pensar que eles estão conseguindo construir um aprendizado, reconstruindo-se no social, quando da realização de trabalhos que não são apenas repetitivos, mas dinâmicos. Isso para que lhes exige exercitar e ampliar a capacidade de percepção e conhecimentos dos diversos processos de trabalho em que são necessários na E2, dando uma resposta à sociedade diferente do que se pensa, pois “as empresas contratam, para cumprirem a *Lei de cotas*, na maioria das vezes, contratam pessoas com deficiências físicas ou sensoriais, revelando desconhecimento sobre as habilidades dos deficientes mentais”; (ARAÚJO; ESCOBAL, RIBEIRO, 2006, p. 142).

3.3.1 Sobre as dificuldades e possibilidades no processo produtivo

Quanto às dificuldades citadas pelos entrevistados, F1 aponta que “o processo de aprendizagem é mais longo, a empresa ainda não está plenamente habilitada para atender essas pessoas”. Aparece o reconhecimento da necessidade, ainda, de priorizar a produtividade para se manterem competitivos. F2 relatou que “às vezes não cumprem regras, falta iniciativa, precisam ser lembrados”. Nessas falas também são evidenciadas as diferentes exigências para os trabalhadores com deficiência mental e, por sua vez, as diferentes preocupações e dificuldades apontadas.

Quando se fala em “produtividade e aprendizagem”, é importante lembrar em qual contexto histórico os trabalhadores estão inseridos e quais são as possibilidades de as pessoas usufruírem de uma escolarização voltada também para a qualificação profissional, a qual poderá contribuir na produtividade da empresa. Com relação à educação especial, o processo de escolarização e qualificação também busca o ingresso dos estudantes no mercado de trabalho, mas, de forma contraditória, tal processo de escolarização se torna seletivo. Sobre isso, Kuenzer (2005) aponta que

[...] os impactos da reestruturação produtiva sobre a educação do trabalhador, as pesquisas estão apontando para um acirramento das categorias tayloristas/fordistas para a maioria dos trabalhadores formais, reforçando-se a pretensamente superada tese da polarização, acompanhada do aumento da exclusão; em que pese o caráter não ideológico da demanda de ampliação de educação básica para todos, com a redução dos postos de trabalho, esta dimensão tem mostrado uma face perversa, servindo a escola de instância de seleção prévia, notadamente de classe social, para escolher os mais “educáveis”, e, portanto, mais adequados às finalidades do processo produtivo. (p. 68).

Na E2, em razão da necessidade de um rápido retorno na esfera produtiva dos trabalhadores, fica difícil manter um trabalhador em treinamento por muito tempo, ou seja, mais de três meses; por isso os investimentos com treinamento centram-se em questões técnicas específicas da produção. Desse modo, as questões de relações interpessoais ficam em segundo plano, sendo dirimidas com o chefe imediato e a gerência geral, segundo F1. Foi verificado ainda o reconhecimento da importância de ser dedicado mais tempo ao trabalhador com deficiência nos processos de treinamento.

Na E2, atualmente (outubro de 2006, após a entrevista), uma dificuldade referida foi o esquecimento no que se refere ao como fazer e ao quê fazer depois de uma atividade concluída, pois as pessoas com deficiência mental não prospectiva a próxima atividade. Em diálogo com a nutricionista foi verbalizado que estão tentando resolver essa situação: “Agora passo uma atividade. Quando ele termina, me procura e passo outra”. Aqui percebemos o interesse das chefias imediatas em encontrar alternativas para a inclusão, respeitando os limites e possibilidades dos trabalhadores.

Referentemente à produtividade dos deficientes, F1 relatou ser “satisfatória. Para nós as pessoas portadoras de deficiência não são tratadas diferentes das demais. Queremos que ele se sinta co-responsável pelo sucesso e ou insucesso da organização”. Para F2, “a produtividade é satisfatória, algumas vezes até superior”.

De acordo com a pesquisa do Senai (2001), “os empregadores consideram que, quanto ao desempenho profissional, os portadores de necessidades especiais estão equiparados aos trabalhadores ditos normais”. Nesse sentido, tais declarações podem estar diretamente vinculadas ao fato de até o momento estarem sendo relatadas as experiências que “deram certo” e, se foram contratados, isso se deve a terem passado por alguma seleção, ou, no caso dos jovens com deficiência mental, foram indicados pela Apae e vêm recebendo acompanhamento. Nas duas empresas a contratação dos deficientes mentais deu-se por intermédio dos profissionais da Apae.

Outro aspecto a ser observado é que existe o incentivo das famílias aos trabalhadores, o que se observa nos que são acompanhados pelos profissionais da escola especial. Das três famílias acompanhadas até o momento, apenas um dos familiares tem vínculo empregatício, com carteira assinada; os demais são diaristas e trabalham na informalidade.

Quanto à citação anterior sobre os estudantes que estão trabalhando, o que está na E1 já trabalhava em “olarias”; residindo com sua família no interior, para auxiliar nas despesas da família e atender as suas necessidades, ele precisava trabalhar. Hoje, o estudante reside na cidade, trabalha no turno da tarde e estuda pela manhã em escola de ensino regular; duas vezes por semana é atendido na escola especial por profissionais da equipe de saúde e professoras das oficinas. Quando indagado sobre em que o seu trabalho o ajuda, expressa: “Com o trabalho posso ser independente, comprar as coisas para mim. Já ajudei minha mãe e meus irmãos como roupa. E com carteira assinada, se me acidentar, tenho garantias”. (R).

Com relação aos estudantes que trabalham na E2, observamos as influências do meio social na formação dos jovens.

No caso de FR, este trabalha quatro horas por dia. Estimulado, em contrapartida, a resposta tem sido que no decorrer do seu desenvolvimento social passou a participar da comunidade, estando em contato com o esporte, participando de escolinhas de futebol, viajando pela escola para olimpíadas. Entre outros incentivos, teve subsídios para conseguir qualificar suas possibilidades de se relacionar com as pessoas e hoje, quando indagado sobre o que é o trabalho para ele, responde: “Trabalho significa tudo. Poder comprar as roupas que antes eu via as pessoas usando. Posso vir na academia. Vou poder arrumar meus dentes”. (F, trabalhador da E2 e estudante na escola especial).

Refletindo sobre o processo de desenvolvimento do outro trabalhador, para GR, também trabalhador da E2, o meio sociofamiliar destacou-se como o lugar de proteção, de cuidado. Nas diversas visitas feitas observamos que, pela manhã, às vezes, estava assistindo a programas de televisão, pois estuda no período da noite no EJA isso após as professoras da escola da rede regular de ensino entenderem que, por causa da sua idade e tamanho, estava sendo discriminado pelos colegas da quarta série do turno da manhã. Tal fato se reflete na observação feita pela empresa sobre a pouca iniciativa para a realização das atividades, pois são importantes os estímulos dos diversos núcleos de participação, porém a escola especial não dá conta de toda uma estrutura social.

Para qualificar o trabalho dos PPDs, F1 acredita na “manutenção e qualificação com oficinas especiais”. F2 refere que “instituições e escolas devem proporcionar treinamento técnico e momentos de orientações para coordenação e colegas de setores, acompanhar as

rotinas e estimular o bom desempenho”. Com relação à qualificação, a pesquisa desenvolvida pelo Senai (2001) demonstrou que “o grau de escolaridade dos portadores de deficiência que se encontram inseridos no mercado de trabalho é identificado como a principal barreira à capacitação dessa clientela”. Entretanto, podemos pensar que o exigido hoje ao trabalhador pode ser muito mais do que ele possa dar conta.

O mundo do trabalho, além de exigir habilidades específicas, especialização e aprofundamento em determinada área do trabalho, está mais exigente, [...] deve ser capaz de identificar necessidade e propor soluções, assumindo tarefas diversificadas [...] sem depender de ordens e comandos. [...] Infelizmente, a grande massa dos trabalhadores brasileiros está muito distante desse perfil, devido a décadas de não investimento ou de investimento insuficiente. (ARAÚJO; ESCOBAL E RIBEIRO, 2006, p. 143).

Nessas declarações está posto um desafio para as instituições escolares e empregadoras: trata-se de conseguir proporcionar aos trabalhadores, de modo geral, o desenvolvimento de suas inteligências. Como Sasaki (2006) lembra ao falar sobre inclusão, é importante estar atento para as inteligências múltiplas (- lógico/matemática - verba/lingüística - musical - visual/espacial - corporal/cinestésica – interpessoal – intrapessoal - naturalista – espiritual – pictográfica – política - ética/moral).

Os desafios postos pela realidade social para a efetivação da idéia de inclusão dos PPDs no mercado formal de trabalho estão vinculados com a lógica de mercado. Dessa forma, as alternativas encontradas por pensadores, profissionais que tendem a lutar pela garantia dos direitos sociais, necessitam refletir sobre as práticas, evitando “cair nas armadilhas” do mercado, como aponta Kuenzer (2002).

Mudadas as bases materiais de produção, é preciso capacitar o trabalhador novo, para que atenda às demandas de um processo produtivo cada vez mais esvaziado, no qual a lógica da polarização das competências se coloca de forma muito mais dramática do que a ocorrida sob o taylorismo/fordismo. [...] No âmbito da pedagogia toyotista, as capacidades mudam e são chamadas de “competências”. Ao invés de habilidades psicofísicas, fala-se em desenvolvimento de competências cognitivas complexas, mas sempre com o objetivo de atender às exigências do processo de valorização do capital. (p. 80).

Interrogando os empregadores quanto ao que pensam sobre a contratação de deficientes pela empresa, obtivemos as seguintes respostas: “Dão vida nova dentro da empresa, desenvolve a questão humana dentro da empresa. Também porque os PPDs ensinam muito os colegas de trabalho e são exemplos de superação, além do auxílio na execução da função que são contratados”. (F2). Como citado anteriormente, a partir do ingresso dos PPDs nas empresas ampliou-se o processo de sensibilização dos grupos de trabalho, em razão de poderem ajudar e, ao mesmo tempo, de observarem a força de vontade dos jovens para aprender.

3.3.2 O posicionamento dos empregadores sobre a lei de cotas e as formas em cumpri-la

Quando perguntamos sobre o posicionamento dos empregadores quanto à lei de cotas, os representantes de ambas as empresas mencionaram que esta categoria de trabalhadores só obteve espaço por força da lei, muito embora ambos tenham declarado entenderem não ser o ideal, “mas neste momento em nosso país a lei é justa” (F2). Segundo pesquisa do Senai (2001), “79,4 % das empresas consideram que a legislação é justa”. Situação similar é encontrada na pesquisa de Manzini e Tanaka (2005), em que “os entrevistados defenderam em suas falas que as empresas se preocupavam em oferecer um espaço à pessoa com deficiência, [...] a principal razão para a contratação desse funcionário ainda esta situada na obrigatoriedade determinada pela lei” (p. 281).

O que ilustra essa atitude das empresas é o regime de trabalho, Constatamos que os estudantes encaminhados pela Apae ao mercado de trabalho atualmente (novembro de 2006) trabalham em três horários diferentes: um tem jornada de trabalho de oito horas na E1; dos que estão na E2, um tem quatro horas e o outro, duas horas, embora ambos tenham iniciado com duas horas de trabalho por dia. As indicações apontam para pensarmos que a intervenção do Estado por meio da lei de reserva de vagas é algo com que as gerências não concordam, talvez por pensarem que, dessa forma, limitam a concorrência. Nesse aspecto, F1 diz claramente que “assim a concorrência é desigual”.

Portanto, pareceu-nos evidente que a lei tem sido a grande possibilidade neste momento histórico para a inclusão dos deficientes no mercado de trabalho e, por sua vez, na sociedade, o que permite a luta mais qualificada contra as diferenças sociais. Manzini e Tanaka alertam:

Sem dúvida, a lei acabou sendo um importante instrumento de reivindicação dos direitos da pessoa com deficiência, mas ela por si só não irá resolver os problemas que essa população terá de enfrentar para chegar ao mercado de trabalho. Há que se reconhecer que os primeiros passos foram dados com a aprovação de uma legislação que visa beneficiá-la nas questões relacionadas ao trabalho. Entretanto, a dificuldade de participação da pessoa deficiente no trabalho não decorre da falta de leis e de fiscalização, mas da carência de ações e recursos que viabilizem a concretização daquilo que é preconizado dos dispositivos legais. (2005, p. 292).

Entendemos que contratar apenas para atender à lei, sem contribuir para que sejam removidos os obstáculos de acesso ao trabalho, sejam físicos, ambientais, arquitetônicos, tecnológicos, apenas irá contribuir para atestar a incapacidade das pessoas com deficiência, mais uma vez deixando a cargo do indivíduo resolver seus problemas. Caso isso não seja alterado, também “não irá mudar a realidade se os fatores que dificultam a sua inserção no meio social não forem detectados, discutidos e minimizados por meio de uma ação conjunta entre indivíduo, a família, a sociedade e o governo”. (MANZINI; TANAKA, 2005, p. 293).

Entretanto, outras falas indicam que, apesar da existência da lei, isso ainda não significa garantia de reconhecimento do trabalho, pois a “percentagem apresentada é completamente absorvível numa empresa” (Coordenador de Gestão/Planejamento da E2). Ainda, “não dando problemas e cumprindo a lei, está tudo bem” (Administrativo da E2).

Sasaki (2003b) lembra que

[...] a legislação é como uma faca de dois gumes, Se, por um lado, as leis tiveram força para pressionar empregadores a contratarem pessoas deficientes, já por outro lado elas poderão criar antipatia exatamente em relação a estas pessoas. Além disso, nem todas as leis são totalmente adequadas se considerarmos a evolução de conceitos e práticas sociais, Por isso, elas necessitam revisões que, na maioria das vezes, são demoradas ou nunca acontecem (p. 145-146).

Como sabemos, o cumprimento da lei não garante às pessoas uma condição para romper com a lógica do assistencialismo e da diferença social, tendo em vista o “pouco” investimento das empresas e da sociedade, de modo geral, em atitudes e práticas de respeito às diferenças.

3.3.3 O papel das instituições e dos profissionais para garantia de direitos das pessoas portadoras de deficiência

Diante da necessidade de cumprir a lei, existe a busca pela adequação, ocorrendo a seleção dos trabalhadores para as vagas de trabalho, ajustando-se as possibilidades de horários, até que num determinado momento ocorre o “acerto”, encontrando-se o trabalhador capaz; caso este não corresponda às expectativas da empresa, será substituído. Em ambas as empresas, o papel da escola especial tem sido o de proporcionar o acompanhamento do ingresso dos deficientes nos setores, bem como a indicação dos pretendentes às vagas. Portanto, as empresas ainda não assumiram as responsabilidades para a qualificação dos trabalhadores, usufruindo que a escola tem a oferecer. Porém, faz-se necessário o alerta para as instituições escolares de não assumirem as responsabilidades das empresas para com os trabalhadores com deficiência.

Pelas respostas dos entrevistados foi-nos possível verificar que o ingresso dos deficientes mentais nas empresas deu-se pelo investimento dos profissionais da escola, pois, caso contrário, os estudantes não teriam a possibilidade de vivenciar as relações de trabalho fora das oficinas protegidas da Apae. Esse fato aponta para um dos desafios dos profissionais que atuam nesta área, pois, conforme Araujo e Escobal,

[...] dentre as categorias de deficiência, as pessoas com deficiência mental são excluídas das oportunidades de trabalho em virtude da falsa crença de que elas não são capazes de desempenhar com êxito atividades no mercado de trabalho. As empresas, para cumprirem a *Lei de cotas*, na maioria das vezes contratam pessoas com deficiências físicas ou sensoriais, revelando desconhecimento sobre as habilidades que podem ser adquiridas e desempenhadas por pessoas com deficiência mental. (2006, p. 142)

Ainda podemos citar outros desafios aos profissionais que trabalham com essa população. “Cabe aos pesquisadores e estudiosos da área preparar educadores e fornecer assessoria para a implantação de programas e serviços que realmente invistam na formação das pessoas com deficiência”. (NEVES;ROSSIT, 2006, p.39).

Com este trabalho também intensificamos os contatos com as empresas, estudantes, trabalhadores, familiares, professores, que, de uma forma ou outra, estão ligados com a questão da inclusão no mercado de trabalho. Isso nos permitiu participar em diversos

momentos do processo de ingresso dos estudantes no mercado de trabalho, nas empresas pesquisadas, dar orientações às coordenações (chefias) das empresas e explicar para os pais a forma de contratação, bem como dialogar com os diretores e com colegas de trabalho dos estudantes. Este estudo possibilitou-nos um conhecimento mais amplo da realidade específica dos sujeitos e instituições envolvidos no processo, conhecendo e fazendo parte da realidade dos envolvidos.

Entendemos que o fato de contribuirmos com o acesso ao trabalho dos estudantes por intermédio de projetos da escola especial não significa que os profissionais precisam saber de tudo que se passa com eles ou nas instituições, ou melhor, os profissionais da escola especial não precisam ser consultados pelos trabalhadores antes de tomar suas decisões, pois estariam reproduzindo a lógica da proteção, de pensar que são incapazes. É importante ressaltar que o trabalho dos profissionais defensores dos direitos sociais é mediador. Assim é que, num dos momentos de diálogo com um dos trabalhadores, FR nos relatou que havia procurado um dentista para colocar aparelho ortodôntico. Isso foi feito *sem solicitar* sugestões aos profissionais da escola, o que demonstra atitude de independência, tanto proposta como objetivo ao trabalho das escolas. De forma inconsciente, questionamos sobre o porquê de não ter pedido sugestão, afinal teria contatos, poderia conseguir descontos. Em resposta, obtivemos que o trabalhador procurara o dentista que ele entendera ser melhor e de custos mais acessíveis, mesmo que o profissional que o acompanha no projeto de inclusão no mercado de trabalho entendesse que seria melhor outro profissional. Tal fato demonstra a necessidade de os profissionais se qualificarem para perceberem o quanto também reproduzem a lógica de proteção, tutela e incapacidade das pessoas.

Também, embora ocorram momentos de contradição na prática profissional, é importante lembrar que, com a intervenção profissional, a alteração na carga horária de um dos jovens trabalhadores ocorreu após alguns diálogos entre equipe de profissionais da Apae, assistente social e psicóloga, pela constatação de que o trabalho desse estudante estava sendo destacado pelas chefias. Assim, havia a necessidade e possibilidade de encaminhá-lo para outra empresa, que aproveitaria melhor as potencialidades do trabalhador. O resultado desse diálogo, foi a decisão por parte da empresa de aumentar as horas deste trabalhador, reconhecendo, assim, a sua valia como força de trabalho, ou seja, o seu trabalho foi reconhecido.

Na pesquisa de Manzini e Tanaka (2005), que versa sobre o quê os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência, as instituições especiais foram apontadas pelos entrevistados, de certo modo, como parceiras das empresas no processo de inclusão.

Em nosso país, as instituições especiais e associações assumem, em grande parte, a qualificação profissional e o encaminhamento de pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Destarte, cabe a elas também, em parte, a responsabilidade pelo ensino de habilidades sociais que são imprescindíveis para o seu convívio na situação de trabalho [...] os entrevistados compreendem que as instituições especiais teriam um papel fundamental dentro desse processo, já que muitas mantêm setores que se propõe a preparar pessoas com deficiência para encaminhá-las ao trabalho. (p. 284-85).

Diante disso, torna-se imprescindível a aproximação entre escolas de educação especial, empresas, família e instituições que representam e defendem os direitos dos trabalhadores, para, assim, aprimorar e pôr em prática as políticas sociais, no caso as que tratam do direito ao trabalho dos deficientes. Como exemplo citamos o incentivo à contratação por meio de programas como Primeiro Emprego, contratos com os Centros de Integração Empresa-Escola (CIEE), entre outros.

Com os dados obtidos durante a investigação e com as leituras realizadas, percebemos que as escolas de educação especial também precisam se incluir na sociedade como garantidoras de direitos, detectando e ocupando os espaços contraditórios para contribuir na reconstrução das identidades sociais, a partir da significação de sujeitos cidadãos. Também é necessário avaliar se, atualmente, as propostas de intervenção das instituições e as práticas profissionais estão em consonância com o que a literatura apresenta, indicando o que é importante ser desenvolvido com o estudante para que seja considerado um trabalhador com potencialidades, independentemente de ser ou não portador de deficiência. É possível elencar alguns aspectos apontados no texto de Araújo, Escobal e Ribeiro, os quais citam, segundo Rush e Mithaug (1980), aspectos importantes para a inclusão do trabalhador com deficiência:

[...] as habilidades sociais selecionadas pelos supervisores para o ingresso da pessoa com deficiência mental no mercado de trabalho são: comunicar expressiva e receptivamente as necessidades básicas tais como sede, fome, dor, toailete, manter aparência apropriada; aprender novas tarefas explicadas [...] não deixar o posto de trabalho, [...] o empregado deve apresentar habilidades de comunicação e ser capaz de informar suas necessidades básicas por meio de: expressão verbal; escrita ou ortografia com os dedos; sinais ou gestos. Alguns padrões comportamentais em habilidades de sobrevivência social [...] responder às instruções requeridas, cumprindo-as imediatamente dentro 0-30 segundos; responder apropriadamente aos sinais de segurança dados verbalmente, através de símbolos ou de sinais; [...] manter a higiene pessoal: barbear-se regularmente, manter dentes limpos, manter unhas limpas e usar desodorante; [...] Além disso, um empregado deve manter os autocuidados apropriados. [...] vestir-se apropriadamente, [...] estar limpo antes de ir para o trabalho [...] comer a comida apropriadamente, [...] mover-se com segurança no local de trabalho. (2006, p. 152).

Na pesquisa de Manzini e Tanaka (2005), os entrevistados apontaram elementos considerados importantes para as instituições escolares, no que se refere a como trabalhar com os estudantes:

[...] principalmente de relacionamento com outras pessoas, poderiam encontrar menos dificuldade quando inserido no mercado competitivo. (...) Para isso, elas precisam manter contato permanente com as empresas, conhecer quais seriam as suas reais necessidades e, a partir disso, oferecer cursos de qualificação que fossem compatíveis com aquilo que realmente o mercado de trabalho necessite. Caberia, também, às instituições desenvolverem habilidades de inter-relacionamento da pessoa com deficiência que seriam imprescindíveis para a sua convivência, tanto dentro quanto fora da empresa. (p. 285).

Salientamos, ainda, que o investimento das escolas especiais em buscar esclarecer os empregadores, bem como os profissionais, familiares, outras escolas, associações, sobre a necessidade de ocupar os espaços conquistados ao longo dos anos por movimentos sociais e hoje garantidos em lei é de fundamental importância. Também devemos atentar para as pesquisas e experiências sobre as formas de aprendizagem do ser humano, pois que são necessárias para romper com as diferenças sociais. Diante disso, são postas algumas exigências atuais às instituições escolares que pensam em construir propostas que possam proporcionar aos estudantes melhores subsídios para se relacionarem na sociedade que vive do trabalho.

[...] Para que o processo de transição da pessoa com deficiência mental da escola para o trabalho seja bem sucedido os seguintes aspectos devem ser considerados: [...] identificar as habilidades ou pontos fortes presentes e que devem ser maximizados no repertório comportamental da pessoa e os déficits ou lacunas em habilidades essenciais que devem ser reduzidos, minimizados ou estimulados. [...] Análise do mercado de trabalho e levantamento na comunidade de possíveis locais de emprego para a pessoa com deficiência mental [...] contato prévio com o empregador [...] visita ao empregador, exercendo as habilidades de militância ou de defesa dos direitos da pessoa com deficiência [...] análise dos possíveis postos de trabalho [...] análise de tarefa anterior ao treinamento e à admissão da pessoa com deficiência mental no próprio ambiente natural de trabalho. (ARAÚJO; ESCOBAL; RIBEIRO, 2006, p. 158-159).

Cabe, também, aos articuladores, mediadores do acesso aos direitos sociais pelos deficientes, construir propostas que possibilitem às instituições escolares a qualificação dos estudantes, de forma a fornecer-lhes subsídios para que possam ter uma vida independente. Igualmente, as empresas devem possibilitar condições de trabalho aos trabalhadores, proporcionando meios que lhes possibilitem a realização das atividades bem com de mudanças que derrubem as barreiras da indiferença entre os sujeitos.

As falas dos nosso entrevistados evidenciaram que a escola de educação especial, por meio dos trabalhos da equipe de profissionais, está conseguindo, de certo modo, aproveitar as possibilidades que a lei indica para contribuir no processo inclusivo. Desse modo, as instituições que defendem os direitos dos deficientes precisam promover as articulações entre os diversos sujeitos, atores sociais, para que de fato sejam rompidas as fronteiras das desigualdades e da indiferença social, como aponta Fonseca:

[...] cada vez que se cria um novo equipamento tecnológico ou se supera uma barreira cultural, as pessoas todas ganham espaço na sociedade e as pessoas com deficiência, antes estigmatizadas, não mais se limitam, pois se verifica que a limitação não está nelas e sim na capacidade da humanidade em lhe propiciar oportunidades. Esta é a importância da idéia de sociedade inclusiva: a igualdade na incorporação da diferença. (2006, p. 20).

Se assim não ocorrer, apenas se estará reproduzindo a lógica de inclusão social com uma prática de proteção, ajuda, caridade, indiferença.

3.3.4 As características profissionais segundo a visão dos empregadores

Com relação às características necessárias para o ingresso no mercado de trabalho, F1 apontou que é necessário ter “produtividade, foco, interação no meio (empresa e sociedade), comprometimento, qualificação, trabalho em equipe”. Por sua vez, para F2: “Estar bem preparado para desempenhar as atividades, função, com interesse, zelo, e presteza. Ser educado e se relacionar bem com as pessoas. Ter conhecimento técnico sobre as funções que pode desempenhar”.

Nesse ponto ainda é evidenciada pelos empregadores a necessidade de um processo educativo que tenha como objetivo principal a preparação para o trabalho ao invés de ampliar as possibilidades de outras alternativas para o mercado. As respostas dadas reafirmam a necessidade de se garantir a produtividade, mas também assinalam a importância da capacidade de se relacionar no meio social. Sobre a discussão da educação/qualificação para os trabalhadores, por meio dos diálogos e visitas, aos locais de trabalho dos jovens, constatamos nos processos de trabalho a não exigência da prática de leitura ou escrita, mas de aprendizado no sentido amplo, como, por exemplo, o saber se comunicar.

Com o objetivo de identificar quais seriam, de certo modo, as características dos trabalhadores imprescindíveis em qualquer momento histórico na percepção dos entrevistados, observamos que, de acordo com F1, são “qualificação, produtividade, necessidade de pessoas (ser pensante), dependência do capital, produção”; para F2: “necessidade de trabalhar, necessidade de mão-de-obra, o ser humano não é substituível, precisa estar sempre buscando. Ter orgulho da profissão que exerce, gostar de trabalhar, ser útil, realização profissional, responsabilidade, atenção agilidade, destreza manual, capacidade intelectual, capacidade de se relacionar com pessoas, capacidade de adaptação”.

Diante dessas afirmações, é possível perceber que os entrevistados olham para o mundo do trabalho com a perspectiva de que a inclusão do ser humano na sociedade pelo trabalho será possível se ele tiver a capacidade de trabalhar com meios de produção. Entendem que a força-de-trabalho é necessária e que estará sempre à disposição das necessidades do mercado. Retomando as respostas dadas, vemos que uma das melhores alternativas para usufruir as oportunidades de trabalho nos próximos momentos históricos será manter-se a qualificação da mão-de-obra com aprimoramento através da escolarização.

A expectativa, quanto a esse aspecto, foi tentar detectar quais seriam as características para um trabalhador poder se manter ao longo das transformações do mundo do trabalho, o

que, de certo modo, exige o movimento de se pensar a organização da sociedade observando o desenvolvimento social e econômico. Neste trabalho, particularmente, buscamos fornecer mais subsídios às escolas de educação especial no sentido de poderem construir uma proposta socioeducativa que auxilie e qualifique as relações sociais das pessoas com deficiência na dinâmica social, seja no mercado de trabalho, seja na escola, seja na família. Entretanto, o que pôde ser observado é que as declarações obtidas tomaram o rumo da ‘lógica do mercado’, ou seja, foram elencadas características para o profissional no sentido de atender às necessidades do mercado. O processo de escolarização sugerido aponta que as pessoas devem estar em condições de se “encaixar” na lógica da produtividade.

Assim, pensar a inclusão social dos sujeitos com deficiência exige um olhar para além do aspecto do trabalho, como também não apenas a partir de um determinado momento histórico com propostas assistencialistas ou do desenvolvimento cronológico do ser humano, mas, sim, perceber que as possibilidades de concorrência para vagas são desiguais. Logo, é importante que os subsídios aos deficientes sejam ampliados e oferecidos ao longo de todo o seu desenvolvimento, pois

[...] as pessoas com deficiência estão submetidas às mesmas exigências que o conjunto de trabalhadores. Entretanto, devido à história de segregação e de marginalização, encontram-se na realidade, ainda mais distantes do perfil pretendido. Um agravante é o fato de só se pensar no trabalho para a pessoa com deficiência quando este já está com 14/16 anos, o que coincide com a legislação vigente no Brasil, e o que significa um erro, já que esse processo deve ser iniciado quando se inicia sua escolaridade. (ARAÚJO; ESCOBAL; RIBEIRO, 2006, p. 143).

Cabe ressaltar que as desigualdades no acesso ao trabalho ocorrem de forma ampla, não apenas com os portadores de deficiência, mas com todos os trabalhadores, principalmente no atual contexto histórico, exigindo-se do trabalhador que se mantenha qualificado, esteja empregado ou não, sempre se adaptando às necessidades mercadológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de uma perspectiva de que a sociedade seja justa e igualitária, é imprescindível que as pessoas sejam percebidas enquanto sujeitos nas relações sociais, na condição de exercerem direitos seja na comunidade, seja na escola, no trabalho, ou na família. Dessa forma, embora as pessoas sejam diferentes na sua condição de sujeito, para construir uma sociedade balizada no respeito é preciso apontar as características físicas e psicológicas enquanto limites ou possibilidades, mas possibilitar espaço e proporcionar opções de escolha aos sujeitos quanto ao que querem estudar em que querem, trabalhar, onde querem viver. Esse é um passo para o respeito às diferenças.

Com relação às pessoas com deficiência, elas estão conseguindo, a partir das suas conquistas em movimentos sociais, respostas às reivindicações dos seus direitos. Esses direitos foram conquistados há não muito tempo, cabendo salientar a Declaração de Salamanca, de 1994, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001, a reserva de cotas na lei da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, art. 93, entre outras conquistas, documentos que podem ser considerados um grande passo nesta luta pela igualdade social.

O estudo proposto neste trabalho procurou ampliar e qualificar o conhecimento quanto ao ingresso das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho seguindo a percepção dos empregadores. A pesquisa realizada certamente nos auxiliará no nosso trabalho como assistente social numa instituição de educação especial. Como profissionais, temos entre nossas atribuições a luta pela garantia de acesso aos direitos sociais dos usuários do serviço social, bem como construir alternativas para que as barreiras sociais sejam rompidas, pois, como percebemos neste estudo, embora os direitos estejam garantidos em lei, o acesso a eles por parte dos PPDs ainda é precário.

Podemos considerar, com base nas reflexões desenvolvidas, que o ingresso no mercado formal de trabalho por uma pessoa portadora deficiência ocorre, de modo geral,

pela necessidade das empresas de cumprirem a lei de cotas. Embora existam indícios de trabalhos em instituições que visam à discussão do respeito às diferenças, é necessário que isso ocorra com os setores administrativos, gerências, direção, pois ainda prevalece a idéia de que a empresa está proporcionando ajuda, não oportunidade de trabalho. Com isso, a proposta de que, acessando os direitos sociais, as pessoas portadoras de deficiência estarão diminuindo as desigualdades sociais ainda é algo que precisa ser legitimado.

Também embasados nas problematizações feitas, percebemos que, atualmente, a inserção dos trabalhadores portadores de deficiência no mercado de trabalho deve-se, em grande parte, a intermediação das instituições de educação especial, as quais buscam por meio do trabalho dos seus profissionais (professores, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, fonouadiólogos, médicos, entre outros tantos) alternativas que possibilitem aos trabalhadores portadores de deficiência apreenderem e ser independentes. Porém, no restante da sociedade ainda se percebe a discussão da inclusão como ajuda.

A realização deste trabalho revelou ainda que os empregadores têm dificuldades em tecer considerações acerca das possibilidades e limites dos trabalhadores portadores de deficiência, bem como de expor suas expectativas, pois o conhecimento que possuem sobre as questões de inclusão de pessoas com deficiência é frágil e, de certo modo, perpassado pela lógica do mercado. Comprovamos isso ao analisar os trabalhos realizados pelos trabalhadores nas empresas, onde, na sua maior parte, as atividades exercidas exigem-lhes em grande parte a força física e, mesmo assim, para que o trabalhador tenham seu trabalho reconhecido (no relato sobre a ampliação de horas de um dos trabalhadores), precisa haver a intervenção de outros profissionais. Com esse fato, também evidenciamos que a atitude do trabalhador demonstrada no local de trabalho quando se coloca à disposição dos colegas para auxiliar nos afazeres, solicitando mais informações sobre o processo de trabalho, revela o desejo de querer apreender mais, o que lhe possibilita fazer parte de um grupo que tem acesso à saúde, ao lazer, à habitação, à educação, proporcionado pelo acesso ao seu direito de trabalhar.

As atitudes dos trabalhadores quanto à tomada de decisões (seja de comprar um tênis da moda, um telefone celular moderno, ou escolher o dentista) nos expressam que eles estão crescendo, que estão se libertando das amarras institucionais e paternalistas criadas por instituições e praticadas por profissionais. Entretanto, a qualificação profissional das pessoas portadoras de deficiência está ainda aquém das expectativas do mercado, bem como a sociedade não está conseguindo movimentar-se para perceber que o processo de inclusão acontece a partir das relações sociais, independentemente do local ou da

obrigatoriedade de uma lei. Apesar disso, observamos que, ao longo dos anos, vêm ocorrendo avanços importantes para que as pessoas com deficiência possam, ao menos, reivindicar seus direitos, que, como vimos, são recentes.

Tendo com um dos pressupostos que orientaram a construção e desenvolvimentos desse estudo o da leitura crítica da realidade, percebemos que seria importante ampliar espaço para os sujeitos estudantes/trabalhadores, no sentido de possibilitar a explicitação daquilo que eles pensam sobre o processo de inclusão, como foi sugerido em determinado momento deste trabalho. Entretanto, apesar das tentativas ouvir os estudantes, eles quase não se mostravam. Acreditamos que aqui aparece a limitação do pesquisador em ouvir, em perceber o que no silêncio era dito, bem como o pouco contato com os estudantes limitou a criação de momentos com diálogos espontâneos, informais, tanto com os jovens quanto com os familiares. Dessa forma, acreditamos que trazer a voz dos trabalhadores com deficiência deva ser objeto de outros estudos, pois, para tanto, é necessária a construção de um espaço que possibilite a troca entre os profissionais e os estudantes, algo que aos poucos vem sendo construído.

Temos, ainda, a considerar que este estudo pode vir a contribuir com a realidade concreta dos profissionais que trabalham com os projetos de inclusão social, pois foram abertos espaços de diálogos entre os empregadores, empresas, que antes deste estudo eram restritos, pontuais, o que dificultava a troca de conhecimento, tanto para profissionais da escola especial, que estão buscando compreender as necessidades de mercado, como para os empregadores em perceber as possibilidades e capacidades dos deficientes. Então, a partir dos movimentos feitos para a realização deste estudo, de certo modo, contribuímos para a quebra das barreiras criadas pela sociedade, tanto pelo fato de falar sobre o tema quanto pela garantia do direito ao acesso ao trabalho dos deficientes.

Ainda ampliando os conhecimentos no que tange ao pensamento dos empregadores sobre a inclusão dos portadores de deficiência num determinado momento histórico, percebemos que é necessário o investimento das instituições educacionais e dos profissionais que atuam nesta área em divulgar as atividades, os trabalhos; em participar da comunidade de forma ativa, propositiva, pois parte da sociedade ainda reluta em discutir o tema. É necessário também desarticular a associação que se faz entre deficientes e incapazes, como uma das alternativas que podem contribuir para o processo de inclusão.

Acreditamos na possibilidade de haver outros saltos de qualidade nas relações sociais para inclusão na medida em que as instituições escolares, as famílias, os movimentos sociais e sindicatos qualifiquem suas proposições e reivindicações para que ocorra a

viabilização de acesso aos direitos, pois os direitos estão dados, porém as pessoas estão com dificuldades de usufruí-los enquanto cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Cristina. *Inclusão dá trabalho*. Minas Gerais: Armazém de Idéias, 2000.
- AMARAL, Lígia Assumpção. Mercado de trabalho e deficiência: *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 127-136, 1994.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1997.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.
- ARAUJO Eliane Aparecida C.; ESCOBAL Giovana; RIBEIRO Daniela Mendonça. Planejamento e organização de serviços para a formação de pessoas com deficiência mental para o trabalho. In: GOYOS, Celso; ARAÚJO, Elian. (Org.). *Inclusão social: formação do deficiente mental para o trabalho*. São Carlos: Rima, p. 139-166, 2006.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação profissional na inclusão no trabalho: entraves e possibilidades. Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Brasília: Dupligráfica, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.Br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2006.
- _____. Disponível em: <<http://www.dhnet.org/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em: 24 maio 2006.
- _____. Disponível em: < <http://www.presidencia.gov.br/ccivil/LEIS/L7853.htm>>. Acesso em: 24 maio 2006.
- _____. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/ccivil/LEIS/L8112cons.atm>>. Acesso em: 24 maio 2006.
- _____. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.Br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em: 24 maio 2006.

_____. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acesso em 24 maio 2006.

_____. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.atm#art70>. Acesso em 24 maio 2006.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Acesso em: 24 de maio de 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CATTANI, Antonio David. (Org.). *Trabalho e tecnologia*. Dicionário Crítico. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado capitalista*. As funções da previdência e da assistência sociais. 5. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques. *O que é política social*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. Os direitos humanos e a pessoa com deficiência no mercado de trabalho. *Inclusão – Revista da Educação Especial*, Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, ano 02, n. 02, p. 19-24, ago. 2006.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GASTÃO, Wagner de Souza Campos. *Um método para análise e co-gestão de coletivos*. São Paulo: Editora UCITEC, 2000.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In:

FRIFOTTO, Gaudêncio. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, Claudinei José; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Org). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 43-59.

_____. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final do século*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 76-99.

GOYOS, Celso; ARAÚJO, Eliane (Org.). *Inclusão social: formação do deficiente mental para o trabalho*. São Carlos; Rima, 2006.

GOYOS, Celso de Noronha. *A profissionalização de deficientes mentais: estudo de verbalizações de professores acerca dessa questão*. 1995, Tese (Doutorado, em Psicologia Experimental) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1995.

HARVEY, David. *Condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen; revisão técnica de Francisco Rego Chaves Fernandes; seleção e coordenação de Fernando Lopes de Almeida, Francisco Rego Chaves Fernandes. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti ; PERUZZO, Juliane Feix. Processo de trabalho e implicações tecnológicas – um estudo sobre a indústria de transformação no município de Caxias do Sul. Universidade de Caxias do Sul, out/1999. (Coletânea Cultura e saber, 3).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, Claudinei José; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Org.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 27-34.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martinho. Oficina abrigada e a “integração” do “deficiente mental”. *Revista Brasileira de Educação Especial*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 51-63, 1992.

KLEIN, Madalena. A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1999.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa*. 14. ed. ver. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

KONDER, Leandro. *Marx Vida e obra*. 1998.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo, Cortez : Autores Associados, 1985.

_____. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, Claudinei José; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luís (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 77-95.

_____. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final do século*. 7. ed: Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 55-75.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. *Deficiência e trabalho*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 85)

MANZINI, Eduardo José; TANAKA, Eliza Dieko Oshiro. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 11, n. 2, p. 273-294, maio/ago. 2005.

MELO, Sandro Nahmias. *O direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência*. Ação afirmativa o princípio constitucional da igualdade. São Paulo: LTR, 2004.

MARQUES, Rosa Maria. *A proteção social e o mundo do trabalho*. São Paulo: Bional, 1987.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Trad. de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder: Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MAZZOTA, J. S. Marcos. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. 2. ed. São Paulo: Cortez 2000.

MONTAÑO, Carlos. *Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”*: Estado e “terceiro setor” em questão. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 56, p. 47-79, 1998.

NEVES, Tânia Regina; ROSSIT, Rosana Aparecida. Aspectos sociais e legais relativos a deficiência mental. In: GOYOS, Celso; ARAÚJO, Eliane (Org.). *Inclusão social: formação do deficiente mental para o trabalho*. São Carlos: Rima, 2006, p. 1-22.

PASCHE, Dário Frederico. *A inserção da Universidade de Ijuí no campo da saúde: projetos e perspectivas*. Campinas: Unicamp – Faculdade de Ciências Médicas, 1995.

_____. *Gestão, trabalho e a produção de sujeitos e de subjetividades na consolidação do SUS*. Campinas, 2002.

PASTORE, José. *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*. São Paulo; LTR, 2000.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 53. p. 80-101, março 1997.

PEREIRA, A P. Potyara. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n: 56. p. 60 – 76, 1998.

RAICHELIS, Raquel. *Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social*. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n: 56. p. 77-96, 1988.

RIBAS, João Batista Cintra. *O que são pessoas deficientes*. São Paulo: Brasiliense. 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Educação profissional e emprego de pessoas com deficiência mental pelo paradigma da inclusão*. Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Brasília, Dupligráfica, 2003a.

_____. *Inclusão. Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2003b.

SCHETTERT, Lenir Santos. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. *Educação em Construção*. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, ano 2, n. 4, jan/abril 2005. p.128.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Coord.), *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p12-35.

SENAI. Gerência de Estudos e Avaliação. Informe Temático Portadores de Necessidades Especiais. Pesquisa - Portadores de Deficiência no Mercado de Trabalho Fluminense. Ago. 2001. DEC/GEA. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/downloads/ITPNE.doc>>. Acesso em: 20 out. 2006.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações*. São Paulo: Henus, 1981.

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do Participante

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DO PARTICIPANTE

O Sr(a). _____

Idade: _____ Sexo: _____ Naturalidade: _____

Domiciliado a Rua _____

Profissão _____, RG: _____-, foi informado detalhadamente sobre a pesquisa intitulada "O DIREITO AO ACESSO DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO. A perspectiva dos empregadores".

O(a) sr(a). foi plenamente esclarecido de que ao responder as questões que compõem esta pesquisa estará participando de um estudo de cunho acadêmico, que tem como objetivo aprofundar as abordagens em educação que possibilitam a interação social da pessoa com necessidades educacionais especiais no mercado de trabalho.

Foi esclarecido ainda que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, o(a) sr(a) não terá direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa não incorrerá em riscos ou prejuízos de qualquer natureza.

A coleta de dados para a pesquisa será desenvolvida através de entrevistas individuais, garantindo-se privacidade e a confidência das informações e será realizada pelo mestrando Leandro Steiger, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Tatiana Bolívar Lebedeff.

Passo Fundo, RS, _____ de _____ de 2006.

Assinatura (de acordo) do Participante do estudo

ANEXO B - Questionário norteador para a entrevista como empregadores.

QUESTIONÁRIO

Este questionário é um dos instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa para a dissertação de mestrado em Educação na Universidade de Passo Fundo/RS, desenvolvido pelo mestrando Leandro Steiger, sob a orientação da Dr^a Tatiana Bolívar Lebedeff.

Tem por objetivo problematizar a questão das políticas sociais que visam à inserção de pessoas portadora de deficiência no mercado de trabalho, considerando a ótica das instituições empregadoras.

Agradecemos sua fundamental colaboração para a realização deste estudo. Salientamos que os dados obtidos serão tratados com ética e para fins acadêmicos.

Questões referentes à existência de pessoas com deficiência na empresa e a forma de contratação

1 - Quantos colaboradores existem atualmente nesta instituição?

2 - Qual o ramo de atividade da empresa?

3 - Quantas pessoas portadoras de deficiência estão trabalhando na empresa, ou na unidade deste município atualmente?

- () 01
 () 02
 () 03
 () 04
 () 05 ou mais

4 - Quais as deficiências que aparecem? Quantos são?

- () Visual; quantos ();
 () Física/motora; quantos ();
 () Auditiva; quantos ();
 () Mental; quantos ();

5 - Do total, quantos são reabilitados?

- () 01 () NENHUM
 () 02
 () 03
 () 04
 () 05 ou mais

Quanto ao processo de trabalho

6 - As pessoas portadoras de deficiência trabalham sob qual regime?

- () Carteira de trabalho; quantos ();
 () Estágio CIEE; quantos ();
 () Terceirizado; quantos ();

() Outro, qual? _____; quantos ();

7 - Sua empresa proporciona algum tipo de suporte/treinamento/acompanhamento ao trabalhador deficiente? Quais?

8 - Referente ao ambiente de trabalho: Foi necessário algum tipo de mudança, aquisição de equipamento para o deficiente? (respostas de acordo com sua percepção)

() Sim;

Qual alteração? _____

() Não houve alteração;

9 - Qual o setor ou setores que as pessoas portadoras de deficiência trabalham?

10 - Qual o tipo de trabalho / atividade realizado pelas pessoas portadoras de deficiência?

Quanto as relações de trabalho

11 - Como percebe o relacionamento entre os colegas de trabalho no setor em que trabalha a pessoa com necessidades educacionais especiais?

() Bom

() Muito bom

() Sofrível

12 - Como percebe o relacionamento entre as pessoas portadoras de deficiência e seus supervisores/gerentes?

() Bom

() Muito bom

() Sofrível

13 - Quais as qualidades que poderiam ser evidenciadas no trabalhador das pessoas portadoras de deficiência a?

14 - Quais as dificuldades que poderiam ser evidenciadas no trabalho das pessoas portadoras de deficiência a?

15 - Com relação à produtividade das pessoas portadoras de deficiência, pode-se dizer:

() A produtividade é superior à média.

() A produtividade é satisfatória.

() A produtividade é insatisfatória.

Por quê? _____

16 - Em sua percepção o que seria necessário para qualificar o trabalho das Pessoas Portadoras de Deficiência? _____

17 - O que pensa sobre a questão de sua empresa contratar Pessoas Portadoras de Deficiência? _____

18 - Com relação a Lei que prevê reserva de vagas para Pessoas Portadoras de Deficiência, pode ser considerada:

- () Justa;
() Injusta;
() É Indiferente;

Por quê? _____

19 - Todas as Vagas estão lotadas?

- () Sim
() Não

20 - Na sua opinião quais são as características necessárias para o trabalhador estar hoje no mercado de trabalho?

21 - Se fosse apontar alguma das características do trabalhador que não se alterou ao longo do processo histórico das revoluções industriais, tecnológicas, quais seriam?

Dados de identificação: empresa e entrevistado

Razão Social da empresa: _____

Há quanto tempo está no mercado: _____

Nome do entrevistado: _____

Função do entrevistado: _____

Há quanto tempo exerce a função? _____

ANEXO C- Tabelas indicativas sobre as empresas e entrevistados

As empresas

Tabela - 01.

Empresa	Ramo	Tempo de Funcionamento	Nº de funcionários	Funcionários portadores de deficiência
E1	Indústria	47 anos	116	07
E2	Serviços	70 anos	152	06

Os entrevistados

Tabela - 02

Funcionário entrevistado	Cargo que ocupa	Tempo de empresa
F1	Gerente de Produção	09 anos, 03 na função atual
F2	Responsável pelo RH	4 anos e meio

ANEXO D - Tabela de respostas dos entrevistados

Tabela - 03

Perguntas	Respostas F1	Respostas F2
1 - Quantos colaboradores existem atualmente nesta instituição?	116	152
2 - Qual o ramo de atividade da empresa?	Indústria - Fábrica de Laticínios	Serviços – Saúde - Hospitalar
3 - Quantas pessoas portadoras de deficiência estão trabalhando na empresa, ou na unidade deste município atualmente?	07	06
4 - Quais as deficiências que aparecem? Quantos são?	Físicas – 3 Auditiva – 3 Mental – 1	Visual – 2 Física – 2 Mental - 02
5 - Do total, quantos são reabilitados?	Nenhum	Nenhum
6 - As pessoas portadoras de deficiência trabalham sob qual regime?	Todos com carteira assinada.	Todos com carteira assinada.
7 - Sua empresa proporciona algum tipo de suporte/treinamento/acompanhamento ao trabalhador deficiente? Quais?	De forma específica não temos.	Acompanhamento psicológico, participam de todos os treinamentos com os demais trabalhadores da empresa, todos os benefícios que a empresa possuiu para os colaboradores.
8 - Referente ao ambiente de trabalho: foi necessário algum tipo de mudança, aquisição de equipamento para o deficiente? Qual alteração?	“As melhorias de layout que servem para todos os colaboradores”.	Não houve alteração.
9 - Qual o setor ou setores que as pessoas portadoras de deficiência via trabalham?	Diversos setores de produção e controle de qualidade.	Manutenção; Enfermagem,; Nutrição; Processamento de roupas;
10 - Qual o tipo de trabalho / atividade realizado pelas pessoas portadoras de deficiência?	Trabalhos idênticos, rotineiros dos demais colaboradores. Os portadores de deficiência tem rendimentos idênticos e até com algumas vantagens.	Manutenção: limpeza e organização do pátio e cuidados com o jardim, colher ortaliças, organização de orta; auxiliar de serviços gerais, processamento de roupas: estender roupas, dobrar, e passar, menos nas máquinas. Deficiência visual; nutrição: cozinha, preparo das refeições; enfermagem: central de diluição de medicamentos;

11 - Como percebe o relacionamento entre os colegas de trabalho no setor em que trabalha a pessoas portadoras de deficiência?	Muito bom.	Bom, as vezes é sofrível; Os colegas precisam ser orientados, preparados para interagir com o PNEE. É necessário esclarecer sobre as limitações do PNEE.
12 - Como percebe o relacionamento entre as pessoas portadoras de deficiência e seus supervisores/gerentes?	Muito bom.	Bom, mas dependendo da chefia fica sofrível; Se o supervisor/gerente está preparado para lidar com as limitações. Nesta instituição tem as duas situações.
13 - Quais as qualidades que poderiam ser evidenciadas no trabalho das pessoas portadoras de deficiência ?	Concentração no trabalho, eles mantém o foco.	Educado, calmo, obediente, carinhoso, se relaciona bem, tem foco na tarefa, inicia e termina, esforçados.
14 - Quais as dificuldades que poderiam ser evidenciadas no trabalho das pessoas portadoras de deficiência?	O Processo de aprendizagem é mais longo. A Empresa ainda não está plenamente habilitada para atender essas pessoas.	As vezes não cumpre regras, falta iniciativa, ao regras precisam ser relembradas.
15 - Com relação à produtividade das pessoas portadoras de deficiência, pode-se dizer:	A produtividade é satisfatória. Para nós as pessoas portadoras de deficiência não são tratadas diferentes das demais. Queremos que ele se sinta co-responsável pelo sucesso e ou insucesso da organização.	A produtividade é satisfatória, algumas vezes até superior. Quando apresenta baixa produtividade], logo se conversa para manter a produtividade.
16 - Em sua percepção o que seria necessário para qualificar o trabalho das pessoas portadoras de deficiência	Manutenção e qualificação com oficinas especiais.	Instituição e escola proporcionarem treinamento técnico e momentos de orientações para coordenação e colegas de setores, acompanhar as rotinas e estimular o bom desempenho.
17 - O que pensa sobre a questão de sua empresa contratar pessoas portadoras de deficiência	Auxiliei e incentivei a contratação e inserção dessas pessoas na empresa. As dificuldades iniciais foram “vencidas” após pouco tempo. Iniciaram com pessoas deficientes auditivas. Gratificante perceber que essas pessoas podem e devem ser integradas ao meio de trabalho, conseguindo produtividade e qualidade de vida.	Dão vida nova dentro da empresa, desenvolve a questão humana dentro da empresa. Também porque os PNEE ensinam muito os colegas de trabalho e são exemplos de superação, além do auxílio na execução da função que são contratados.
18 - Com relação a Lei que prevê reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência, pode ser considerada:	É indiferente. Por conceito sou contra qualquer tipo de reserva de vagas – a reserva de vaga para mim significa discriminar. “mas em off, sou contra, todos deveriam ter as mesmas condições de competir”.	Neste momento em nosso país é justa. Porque as empresas não aplicam a lei, mas o ideal é que não exista cotas.
19 - Todas as vagas estão lotadas?	Sim, com sobras.	Sim.

<p>20 - Na sua opinião, quais são as características necessárias para o trabalhador estar hoje no mercado de trabalho?</p>	<p>Produtividade, foco, interação no meio (empresa e sociedade), comprometimento, qualificação, trabalho em equipe.</p>	<p>Estar bem preparado para desempenhar as atividades, função, com interesse, zelo, e presteza. Ser educado e se relacionar bem com as pessoas. Ter conhecimento técnico sobre as funções que pode desempenhar.</p>
<p>21 - Se fosse apontar algumas das características do trabalhador que não se alteram ao longo do processo histórico das revoluções industriais, tecnológicas, quais seriam?</p>	<p>Qualificação, produtividade, necessidade de pessoas (ser pensante), dependência do capital, produção.</p>	<p>Necessidade de trabalhar, necessidade de mão-de-obra, o ser humano não é substituível, precisa estar sempre buscando. Ter orgulho da profissão que exerce, gostar de trabalhar, ser útil, Realização profissional, Responsabilidade, atenção agilidade, destreza manual, capacidade intelectual, capacidade de se relacionar com pessoas, capacidade de adaptação.</p>

ANEXO E- Processo de preparação para o trabalho na escola

Em diálogo com a diretora Pedagógica* da Escola de Educação Especial foi possível evidenciar o processo educativo que os estudantes tem nesta instituição.

Projeto Pré-profissionalização:

Trabalha diversas áreas com os alunos, visando oferecer maior quantidade possível de experiências práticas em atividades domésticas, de jardinagem, horta, artesanato e cuidados de higiene pessoal, para que o aluno possa definir seus interesses, desenvolver suas capacidades e potencialidades, bem como aplicar no dia-a-dia as experiências vivenciadas na escola.

Além disso oferecer atividades básicas como:

- adquirir autonomia pessoal;
- evidenciar hábitos e atitudes essenciais ao trabalho;
- demonstrar respeito e cortesia para com as pessoas;
- utilizar moeda corrente;
- expressar-se oralmente, gestualmente, de forma clara e objetiva;
- evidenciar hábitos de higiene pessoal, corporal e do seu material.

*M L, em 09 de novembro de 2006.

ANEXO F - Os estudantes que estão trabalhando nas empresas com acompanhamento dos profissionais da escola especial

F. H. R. – 19 anos.

Iniciou na APAE em 05 /11/ 1995

Foi encaminhado pela escola de ensino regular, CIEP. Estava na 1ª série. Foi trabalhado inicialmente na área pedagógica, em sala de aula e, após, em oficinas de trabalho e iniciação e preparação para o trabalho. Atualmente, participa de um turno por semana na escola especial, fazendo parte do grupo de dança, teatro e da equipe de atletismo. Continua estudando na rede comum de ensino no período da manhã.

G. R. – 18 anos.

Iniciou na APAE em 03/ 14/ 1996.

Encaminhado pela escola de ensino da rede regular, foi trabalhado inicialmente em sala de aula e, após os 14 anos, nas oficinas pedagógicas de preparação para o trabalho. Quanto ao vínculo com escola especial, participa durante três turnos na escola especial durante o horário da manhã. Basicamente, prefere participar das oficinas de jardinagem e culinária. Durante a tarde trabalha no hospital e, à noite, estuda em escola da rede comum de ensino na modalidade de EJA.

R. A. I. – 18 anos.

Iniciou na APAE em 05/02/ 1997.

Encaminhado por escola estadual, foi trabalhado, inicialmente, em sala e, aula após, em oficinas pedagógicas de preparação para o trabalho. Tem encontros quinzenais com professores das oficinas, ainda mantendo um vínculo de confiança, onde as professoras proporcionam orientações diversas. Trabalha na indústria nos períodos da tarde e noite, estuda na rede regular de ensino no período da manhã.

Os trabalhadores empregados ainda possuem vínculos com a escola de educação especial, como também estão participando das escolas da rede regular comum de ensino. A partir da leitura dos documentos da matrícula da Apae, todos estão com 18 anos, ingressaram na escola especial por encaminhamento das escolas da rede comum quando cursavam as séries iniciais. Até então, nem um dos três concluiu o ensino fundamental.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)